



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ULISSES DE SOUZA NEVES

**EMERGÊNCIA E VIVÊNCIAS DA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO
AMBIENTE ESCOLAR NA CONCEPÇÃO DOCENTE**

Cajazeiras – PB
2022

ULISSES DE SOUZA NEVES

**EMERGÊNCIA E VIVÊNCIAS DA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO
AMBIENTE ESCOLAR NA CONCEPÇÃO DOCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da
Unidade Acadêmica de Educação do Centro de
Formação de Professores da Universidade Federal
de Campina Grande.

Orientador: Prof. Dr. Dorgival Gonçalves
Fernandes.

Cajazeiras – PB
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras – Paraíba

N518e Neves, Ulisses de Souza.
Emergência e vivências da violência contra professores no ambiente escolar na concepção docente / Ulisses de Souza Neves. - Cajazeiras, 2022.
80f.: il.
Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes.
Monografia (Licenciatura Plena em Pedagogia) UFCG/CFP, 2022.

1. Violência na escola. 2. Docentes. 3. Violência contra docentes. 4. Indisciplina. I. Fernandes, Dorgival Gonçalves. II. Universidade Federal de Campina Grande. III Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

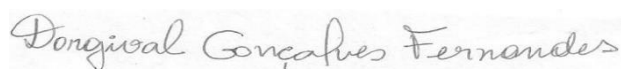
CDU - 37.06

ULISSES DE SOUZA NEVES

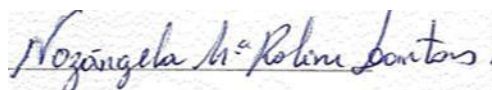
**EMERGÊNCIA E VIVÊNCIAS DA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO
AMBIENTE ESCOLAR NA CONCEPÇÃO DOCENTE**

Aprovado em: 17/03/2022.

BANCA EXAMINADORA



Orientador (Prof. Dorgival Gonçalves Fernandes)
Universidade Federal de Campina Grande



Examinadora (Profa. Nozângela Maria Rolim Dantas)
Universidade Federal de Campina Grande



Examinador (Prof. José Rômulo Feitosa Nogueira)
Universidade Federal de Campina Grande

Examinadora Suplente (Profa. Maria de Lourdes Campos)
Universidade Federal de Campina Grande

AGRADECIMENTOS

À Santíssima Trindade, especialmente a Cristo, o Leão da Tribo de Judá, que sempre tem renovado as minhas esperanças em Seu advento físico, visível, sobrenatural e glorioso.

Aos meus pais, Elizabeth e Wellington, que me permitiram continuar estudando para se tornar o primeiro membro da família a ter ensino superior e, com isso, lutar por objetivos maiores na vida. Deus está com eles!

A todos os professores e demais funcionários da Universidade Federal de Campina Grande, pois cada um exerceu importante papel na minha formação, ajudando-me a chegar tão longe como agora.

A todos as pessoas não funcionárias da UFCG, que foram muito importantes na minha formação, como motoristas e gestores municipais, que sempre buscaram disponibilizar transporte para nós estudantes, bem como a todos os colegas da classe e da UFCG em geral, mas principalmente aos amigos que fiz durante todos esses anos, bem como aos participantes da pesquisa.

À Beatriz Bondi e Piero Bondi (em memória), pessoas maravilhosas que Deus me permitiu conhecer, respeitar e amar de todo meu coração. Certamente estão entre os agentes mais importantes na conclusão deste curso, e, mais que isso, na minha formação enquanto ser humano, pois são grandes exemplos de pessoas boas, que sabem estender a mão e oferecer ajuda ao próximo. Que todo apoio que me concederam possa desencadear uma tradição de agora em diante, pois também quero ajudar outras pessoas, assim como Beatriz e Piero me ajudaram. Certamente Deus não se esquecerá deles!

Aos membros da banca, não apenas por terem aceitado participar da apresentação, mas por terem contribuído com observações importantíssimas para enriquecer ainda mais este trabalho.

Ao meu orientador e grande amigo, Dorgival Gonçalves Fernandes, pessoa de coração imenso, que ao ser procurado por mim não hesitou em aceitar ser o mentor na construção deste trabalho. Que Deus o abençoe!

LISTA DE SIGLAS E ACRÔNIMOS

AC – Análise de Conteúdo

BA – Bahia

CF – Constituição Federal

COVID– Coronavírus

CP – Código Penal

DF – Distrito Federal

DOCX – Document Open Text

ECA – Estatuto da Criança e Do Adolescente

FLACSO – Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

GCM – Guarda Civil Metropolitana

GO – Goiás

GTA – Grand Theft Auto

G1 – Globo Notícias

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

OCDE – Organização Para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PB – Paraíba

PL – Projeto de Lei

PM – Polícia Militar

PNAVE – Programa Nacional de Prevenção à Violência Contra Educadores

PSD – Partido Social-Democrata

PSL – Partido Social Liberal

RJ – Rio de Janeiro

RO – Rondônia

RS – Rio Grande do Sul

SINESP – Sistema Nacional de Segurança Pública

SP – São Paulo

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURAS

1 Centro da Cidade de Pombal-PB.....	53
2 Formas de Violência Citadas.....	54
3 Fatores Geradores de Violência Citados.....	55
4 Formas de Combate à Violência Citadas.....	56

QUADROS

1 Conceituações Sobre Violência na Escola.....	56
2 Ocorrência de Violência Contra Si na Escola.....	58
3 Ocorrência de Violência Contra Colegas de Trabalho da Escola.....	60
4 Segurança no Ambiente Escolar.....	61
5 Fatores Geradores de Violência na Escola.....	63
6 Postura da Escola Sobre Episódios de Violência.....	65
7 Medidas de Enfrentamentos da Violência na Escola.....	67

*“Porventura não destruimos nossos inimigos
quando os tornamos nossos amigos?”.*
Abraham Lincoln

RESUMO

O presente trabalho buscou analisar o fenômeno da violência que ocorre no ambiente escolar contra os docentes, tendo como indagação norteadora a seguinte pergunta: considerando que os casos de violência contra professoras e professores estão cada vez mais frequentes no ambiente escolar brasileiro, como esse fenômeno é percebido e enfrentado pelos docentes? Para dar sustentação teórica à pesquisa, nos fundamentamos em autores como Abramovay (2006; 2015), Charlot (2002), Golarte (2010), Arendt (2013), Schelb (2016), Ristum (2001; 2004; 2010), Minayo (1993) e Oliveira (2014), entre outros. Considerando a complexidade do fenômeno, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica, a qual compõe o referencial teórico, e uma pesquisa de campo com quatro docentes da cidade de Pombal-PB. A ferramenta usada para coletar os dados consistiu em um questionário composto por sete perguntas abertas, totalizando vinte e oito respostas. Para tratar os dados coletados, fizemos uso da Análise de Conteúdo, conforme a concepção de Laurence Bardin. Os resultados do estudo sobre as percepções docentes apontam para uma constância do fenômeno da violência no cotidiano escolar, em suas diversas formas: violência física, verbal, contra o patrimônio, agressividade e falta de limites por parte dos alunos. Nos foi possível perceber que a proveniência das violências deriva de conflitos intrafamiliares, bullying, consumo de conteúdo midiático inapropriado, postura do docente na sala de aula, violência na sociedade, entre outros fatores. Também notamos que o principal caminho para enfrentar o problema é investir no diálogo e na construção de uma forte legislação que vise proteger os professores vítimas de violências no exercício de suas funções e punir os agressores.

Palavras-chave: Docentes. Violência na escola. Violência da escola. Violência contra a escola.

ABSTRACT

The present work sought to study the phenomenon of violence that occurs in the school environment against teachers, having as a question the following question: Considering that teachers study violence against and teachers are increasingly frequent in the Brazilian school environment, how is this phenomenon and assistance by teachers? To support the research, based on authors such as Abramovay (2006; 2015), Charlot (2002), Golarte (2010), Arendt (2013), Schelb (2016), Ristum (2001;2004; 2010), Minayo (1993) and Oliveira (2014), among others. Thinking about the complexity of the phenomenon, we chose to carry out a field too research with four teachers from the city of Pombal-PB. The twenty tools displayed for the data consist of total, one consisting of seven questions displayed and displayed. To process the data, I use Content Analysis, as created by Laurence Bardin. The results of the study, against the lack of students, manifest themselves for physical, verbal violence and their property limits. In no study of teachers from family acts to acts of violence, we were able to see that proven violence from violence derived from other family acts in the classroom, bullying, consumption of other family acts in the classroom, in, society. We also realized that the main way to face the problem is to invest in dialogue allied to strong legislation that aims to protect teachers and punish aggressors.

Keywords: Teachers. Violence at school. School violence. Violence against the school.

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Justificativa.....	12
1.2 Relevância do tema.....	13
1.3 Objetivos.....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	15
2.1 Conceitos sobre violência.....	16
2.2 Fatores biológicos versus fatores sociais geradores de violência.....	19
2.2.1 Violência Inata.....	20
2.2.2 Violência Socioambiental.....	22
2.3 O início dos estudos sobre violência na escola no Brasil.....	24
2.3.1 Violência na escola.....	27
2.3.2 Violência da escola.....	28
2.3.3 Violência contra a escola.....	30
2.4 Violência Contra o Docente.....	31
2.5 Fatores que fomentam comportamentos agressivos nos alunos.....	36
2.5.1 Conflitos Intrafamiliares.....	37
2.5.2 A Postura do Docente no Ambiente Escolar.....	40
2.5.3 A Mídia e o Entretenimento.....	41
2.5.4 Fatores Socioambientais.....	44
2.5.5 Bullying.....	46
2.5.6 Tráfico de Drogas.....	46
3 ARCABOUÇO METODOLÓGICO.....	49
3.1 A Pesquisa.....	49
3.2 Percurso Metodológico.....	50
3.2.1 Perfil dos participantes da pesquisa.....	52
3.3 Procedimentos Para a Análise dos Dados.....	52
3.4 Local de Aplicação da Pesquisa.....	53
4. CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES – ANÁLISES.....	54
4.1 Resultados e Discussões.....	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	71
6 REFERÊNCIAS.....	73
7 APÊNDICES.....	79
7.1 Questionário aplicado.....	79

1- INTRODUÇÃO

“E lembre-se: com grandes poderes vêm grandes responsabilidades.”

Stan Lee

O presente estudo visa analisar o fenômeno da violência no contexto escolar, tendo como sujeito passivo o docente. Em 2013, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) elaborou uma complexa pesquisa acerca da violência ocorrida nas escolas contra os profissionais da Educação em 34 países. Os dados revelam que o Brasil lidera o ranking dos países mais violentos quando o assunto é violência contra docentes. Além disso, o Estado brasileiro é um dos países cujos profissionais da Educação recebem as piores remunerações dentre todas as nações do cenário mundial.

Diante do exposto, o trabalho é norteado pela seguinte questão-problema: considerando que os casos de violência contra professoras e professores estão cada vez mais frequentes no ambiente escolar brasileiro, como esse fenômeno é percebido e enfrentado pelos docentes? A questão é pertinente e baliza toda a construção deste trabalho.

1.1 Justificativa

O interesse por pesquisar o tema nasceu por causa dos constantes casos de agressões e insultos a professoras e professores que ocorrem nas escolas brasileiras, e que são noticiados pelos diversos telejornais rotineiramente. As formas das violências são variadas e escalonadas, pois vão de xingamentos a agressões físicas, pequenos furtos, chegando, inclusive, a casos extremos, como o homicídio, geralmente qualificado. Em alguns desses episódios, notamos que a violência assume uma conotação progressiva, porquanto a violação ao docente inicia-se com casos esporádicos e com grau de ofensividade reduzido, mas vai evoluindo para atos mais violentos conforme o agente agressor vai progredindo no terreno da confiança na impunidade. O que nos deixa bastante atônitos é que muitas vezes, quando o docente já perdeu total controle da situação, muitos alunos, não só continuam a cometer atos de violência contra este, como também filmam toda a ocorrência e publicam na internet.

Esses fatos, que cotidianamente são noticiados na televisão e nas redes sociais, bem como os massacres que geralmente acontecem nas escolas Norte-Americanas ou mesmo aqueles que acontecem aqui no Brasil, como por exemplo, o massacre em uma escola da cidade de Suzano-SP no ano de 2019, tudo isso me foram gatilhos para estudar o tema da violência no ambiente escolar. Com relação ao recorte temático supracitado, entendemos que a violência no

contexto escolar não se resume aos limites circunscritos da instituição na qual o docente trabalha. A bem da verdade, ela alcança a vida social e as relações interescolares do profissional da educação. Está presente no itinerário. Afeta, inclusive, profundamente seu equilíbrio emocional e psicológico. Na maioria das vezes, o epicentro da violência contra o docente é a sala de aula, mas raramente fica retido nesse ambiente específico. É comum ela irradiar, ganhar corpo e ampliar seu raio de manifestação.

Por isso, este trabalho tem como propósito analisar as concepções de docentes sobre a emergência e vivências da violência, os tipos de violência, bem como possíveis motivos que geram tais violências.

1.2- Relevância do tema

As ideias apresentadas neste trabalho são relevantes porque tratam de um fenômeno preocupante e bastante atuante na sociedade brasileira. As formas de violência empregadas contra os docentes têm se mostrado cada vez mais engenhosas e ousadas, acrescentando graus a mais de dificuldade em se buscar resoluções consistentes para o problema.

1.3- Objetivos

1.3.1 Geral:

- ❖ Analisar a percepção dos docentes acerca da violência contra educadores no ambiente escolar.

1.3.2 Específicos:

- ❖ Conhecer os diferentes conceitos sobre o fenômeno da violência;
- ❖ Apontar os diferentes tipos de violência sofrida pelo docente no ambiente escolar;
- ❖ Identificar possíveis fatores que podem estar relacionados com o comportamento agressivo de alunos no ambiente escolar;
- ❖ Descrever os impactos das violências sofridas pelos docentes no ambiente escolar.

Esta monografia encontra-se organizada em quatro tópicos os quais delineiam toda a produção de maneira logicamente sistematizada, procurando discorrer, à luz de autores como

Abramovay (2006; 2015), Charlot (2002), Golarte (2010), Hannah Arendt (2013), Schelb (2016), Ristum (2001; 2004; 2010), Minayo (1993) e Oliveira (2014), dentre diversos outros, acerca das abomináveis violências sofridas pelos docentes no ambiente escolar e os impactos desses fenômenos da vida profissional e pessoal, bem como na saúde física e mental desses educadores.

O primeiro tópico marca a introdução do trabalho, e tem como objetivo permitir ao leitor ter uma imersão inicial à problemática tratada.

No segundo tópico organizamos o referencial teórico, pensado e tecido para dar embasamento argumentativo à sustentação deste trabalho. Nele são apresentadas as questões mais pertinentes acerca do tema outrora discutido por diversos autores os quais lançam bases epistemológicas para subsidiar os conceitos sobre a violência: formas, motivos e consequências do fenômeno da violência empreendida contra professoras e professores no ambiente escolar.

No terceiro tópico apresentamos os procedimentos metodológicos adotados na elaboração do estudo e destacamos as ferramentas científicas utilizadas e os modos de utilização, coleta e análise dos dados colhidos.

No quarto tópico analisamos os dados coletados em campo, bem como, discutimos os resultados da pesquisa, relacionando os dados colhidos dos participantes com informações produzidas por autores que dão embasamento teórico a este trabalho.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

Paulo Freire

Em 2018, no município de Rio das Ostras (RJ), o professor Thiago dos Santos Conceição, homem negro, 31 anos, foi mais uma vítima da violência empreendida contra sua categoria profissional. Em um vídeo, feito e publicado pelos próprios alunos agressores, Thiago aparece sendo humilhado pelos discentes enquanto tenta manter a calma e continuar ministrando a aula. Um dos alunos arremessa um objeto contra o professor, rasga a prova e quebra a lousa da sala. Em determinado momento, outro aluno chega a empurrar o educador. Fortemente abalado psicologicamente, ele pediu demissão após o episódio.

Em 2019, em Porto Velho (RO), alunos atearam fogo no carro de um professor na frente da escola onde ele ministrava aulas. De acordo com o delegado que investigou o crime, o caso aconteceu porque um aluno estava a mexer no celular durante a aula e foi repreendido pelo educador.

Ainda em 2019, no município de Águas Lindas (GO), o professor Bruno Pires de Oliveira, 41 anos, foi assassinado a facadas por um de seus alunos. De acordo com a polícia, a motivação se deu por conta de uma advertência dada pelo professor ao aluno, que se irritou, retirou-se da sala, dirigiu-se à sua casa e voltou à escola munido com uma faca.

Já em 2020, na cidade de Assis (SP), uma professora, grávida de cinco meses, foi agredida por uma aluna de 15 anos dentro de uma escola da rede pública estadual. Segundo o registro policial, após ter chamado a atenção da aluna que estava conversando durante a aula, a aluna saiu da sala, mas voltou logo em seguida, começando a agredir a docente com empurrões, puxões de cabelo e arranhões, além de xingamentos. Após passar por exames, foi constatado que a gravidez não havia sido afetada, mas a professora teve de se afastar das atividades docentes.

Esses são apenas alguns poucos exemplos do que acontece rotineiramente na vida de muitos docentes no Brasil. Essa dura realidade, somada a fatores como desvalorização social e salarial, tem feito muitos deles repensarem sua carreira, conforme aponta Pagani (2019, p. 17). É, pois, a violência contra o docente uma das principais motivações para o declínio do magistério no Estado brasileiro.

2.1 Conceitos sobre violência

Empiricamente comprovada na História, a violência é um fenômeno social antigo. Presente nos mais variados contextos e relações, tal fenômeno tem se manifestado em diversos ambientes da sociedade, despertando nos indivíduos sentimentos de preocupação e insegurança. De acordo com Minayo (1994, p. 7), “não se conhece nenhuma sociedade onde a violência não tenha estado presente”, algo que sugere a onipresença e atemporalidade do fenômeno. A socióloga Miriam Abramovay afirma que “a violência não constitui fenômeno novo na sociedade, apresentando-se de forma complexa e diversificada” (ABRAMOVAY, 2015, p. 7). Na cosmovisão judaico-cristã, por exemplo, temos um relato bíblico no pentateuco¹, mais precisamente no livro de Gênesis, daquilo que é considerado *o primeiro homicídio*: “Caim disse a Abel, seu irmão: vamos ao campo. Estando eles no campo, Caim se levantou contra Abel, o seu irmão, e o matou” (GÊNESIS, 4:8). Se considerarmos o relato bíblico, temos que o primeiro ato de violência possa ter acontecido logo nos primeiros anos pós-criação do ser humano, nos tempos dos nossos “primeiros pais”.

Outro ponto que demonstra a historicidade do fenômeno são os conflitos sociais e bélicos historicamente ocorridos. Nesse sentido, Oliveira (2014) defende que a violência costuma se manifestar de diferentes formas, a exemplo das guerras, torturas, conflitos étnico-religiosos, preconceito, assassinato, fome, ódio e desprezo. Os eventos da Idade Média e as duas Grandes Guerras Mundiais são exemplos dos consequentes resultados nefastos da violência. Ao observarmos os contornos tomados por esse problema, nota-se que o conceituar nos parece, em alguma dimensão, uma tarefa difícil. Por isso, teóricos tem se empenhado em conceituar a violência de acordo com a sua tipologia, dimensão, histórico de ocorrência, campo de manifestação, vítimas, finalidade etc. Para entendermos a violência sofrida pelos docentes no ambiente escolar, tema deste trabalho, faz-se necessário compreendê-la sob diversas perspectivas. É preciso construir um raciocínio sobre a violência (gênero) em sentido amplo (transdisciplinar) para que se tenha condições de lançar uma base sólida para compreender a violência contra o docente (*uma das espécies*) no ambiente escolar.

Uma das mulheres mais influentes do século XX tratou do tema da violência com propriedade. Hannah Arendt, judia, viveu no contexto das perseguições nazistas e escreveu algumas obras abordando temas como violência e conflitos sociais. Em seu livro intitulado *Sobre a Violência*, Arendt buscou compreender a violência que havia se propagado por toda a Europa do seu tempo. Para ela, “a violência é, por sua própria natureza, instrumental; como

¹ São cinco livros compostos pelo profeta Moisés: Genesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio, presentes tanto na Bíblia dos cristãos quanto na Torá dos judeus.

todos os meios, está sempre à procura de orientação e de justificativas pelo fim que busca” (ARENDDT, 2011, p. 32). Em outros termos, temos que a violência no pensamento de Arendt não é ou não possui um fim em si, mas um meio para se chegar a um objetivo.

O fato de ser instrumental pressupõe que a violência necessita de um pano de fundo, uma justificativa, para ser empregada, pois como a pensadora afirma: “Ninguém questiona o uso da violência em legítima defesa, pois o perigo é não apenas nítido como também presente, e o fim que justifica os meios é imediato” (ARENDDT, 2011, p. 33). Esse pensamento encontra amparo em uma das excludentes de ilicitude presente no Art. 25 do Código Penal Brasileiro: “Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem” (BRASIL, 1940). Percebe-se que, embora seja uma forma de violência, a legítima defesa é vista como idônea, pois a agressão atual ou iminente, desde que injusta, é causa justificante de repressão proporcional no ordenamento jurídico pátrio.

Na perspectiva arendtiana, para Marcelino, Galvão e Martins (2017, p. 15), a violência instrumental é desencadeada pela perspectiva dos resultados que o indivíduo espera obter, isto é, utiliza-se para se conseguir um determinado resultado”.

Desta feita, podemos afirmar que, ao contrário da violência, o *poder*, é um fim em si. Apesar da disparidade conceitual entre poder e violência, Arendt afirma que “o poder e a violência, embora sejam fenômenos distintos, geralmente apresentam-se juntos” (ARENDDT, 2011, p. 33). Ou seja, na definição dela, a violência é ferramenta racional, usada para fins ideológicos, escusos e egoísticos. Para chegarmos a essa conclusão, basta olharmos para um dos cenários o qual inspirou Arendt a escrever alguns de seus livros: mulher e judia, vivendo em um período histórico de perseguições nazistas ao povo judeu. Hitler, usando da violência como instrumento ideológico, almejava alcançar o poder de ser o dominador de todas as nações.

Sobre a questão racional da violência, Michel Foucault (apud SANTOS, 2002, p. 9) afirma que “o que há de mais perigoso na violência é sua racionalidade. Certamente, a violência é em si mesma terrível. Mas a violência encontra sua ancoragem mais profunda na forma da racionalidade que nós utilizamos”. Nesse sentido, Foucault nos dá a entender que existem formas de racionalidade, no que se refere à violência. Ocorre que alguns indivíduos, diante de um cenário de violência, tendem a pensar que aquilo aconteceu de maneira não preordenada, algo que nem sempre procede. A bem da verdade, Foucault entende que a violência e a racionalidade não são incompatíveis. Assim como o poder, podem estar juntos num mesmo caso concreto e fatídico. A violência não se constitui, necessariamente, em algo descontrolado e irracional.

Buscando uma definição geral sobre a violência, o Ministério da Saúde conceitua a violência da seguinte forma: "consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual" (BRASIL, 2001). Embora seja uma definição ampla, centra-se principalmente nos efeitos da ocorrência, não contemplando, por exemplo, fatores motivacionais que permitam desencadear tais efeitos. Por outro lado, Sposito define violência como sendo: "[...] todo ato que implica a ruptura de um nexos social pelo uso da força. Nega-se, assim, a possibilidade da relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito" (SPOSITO, 2004, p. 60).

Nota-se que Sposito aponta um elemento constituinte interessante: a quebra do diálogo nas relações interpessoais. Em cenários nem sempre democráticos, como o ambiente escolar e universitário, por exemplo, o sufocamento da dialogicidade e a conseqüente ruptura das relações sociais baseadas no respeito e no comprometimento, podem constituir-se em pressuposto para a violência. Não são raros os casos em que, por falta de diálogo, de conhecimento da pessoa do outro e de problemas extraescolares, professores e alunos chegam a vias de fato. Episódios como estes geralmente acabam como caso de polícia. Quando isso acontece, aquele ambiente formador de cidadão transmite para o professorado, famílias e sociedade em geral uma sensação de desconfiança e insegurança, tornando-se lugar inóspito.

Para Oliveira, "podemos dizer que a violência tem como significado uma maneira de usar a agressividade de forma intencional e excessiva para ameaçar ou cometer algum ato que cause dor e resulte em acidente, morte ou trauma psicológico" (OLIVEIRA, 2014, p. 12). Desconsiderando — ao menos nesse momento — fatores biopsicológicos, podemos notar outra característica presente na violência, ratificada por outros autores anteriormente citados, a saber, a intencionalidade. A racionalidade das ações aponta para fins específicos, não sendo a violência em si o objetivo. Quando o agente emprega violência contra a vítima, não há que se falar em irracionalidade ou ausência de intenção, nem mesmo nos casos de legítima defesa — causa de exclusão de tipicidade existente no ordenamento jurídico brasileiro, conforme o Art. 25 do Código Penal Brasileiro (BRASIL, 1940). Outrossim, é válido afirmar que, quando se busca o domínio de uma pessoa, seja pela manipulação de ações, omissões ou inércia dela, existe aí uma ressignificação do ser humano, ou seja, há que se falar em processo de coisificação do ser. Chauí considera esse ângulo, afirmando ser tal ato uma "ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência" (CHAUÍ, 1985, p. 35).

É prudente afirmar que o processo de coisificação do ser humano se inicia, não apenas com a imposição de algo, mas com a *subtração* do poder da fala; da capacidade de decidir. Como defende Oliveira (2002, p. 12), “há violência quando não há reconhecimento do outro: o sujeito praticante do ato violento não reconhece a vítima como um sujeito [...], o outro não é reconhecido como alguém com substância moral de pessoas dignas”. Não obstante, existe casos em que, mesmo havendo o conhecimento da pessoa do outro, a violência é empregada no sentido de quebrar, por exemplo, um poder de autoridade, legal ou ilegalmente constituído.

Convém mencionar ainda que governos ditatoriais fazem uso da estratégia que se baseia na insurgência contra o diálogo, de modo que, qualquer que seja a perspectiva de pensamento diferente daquele vigente, há uma reação imediata de sufocamento da dialogicidade.

No primeiro volume de seu livro intitulado *Memórias da Segunda Guerra Mundial*², Sir Winston Churchill registra um ato de violência que afrontava o diálogo entre as nações daquela época, emanado pelo ditador alemão Adolf Hitler: “Estou decidido [...] a reprimir severamente qualquer tentativa de subversão da ordem vigente. [...]. Qualquer um que levantar a cabeça contra a autoridade estabelecida do Estado, será tratado com rigor, seja qual for sua posição” (CHURCHILL, 2017, p. 67). Pode-se afirmar que esse discurso violento se protraiu no tempo, pois nos cenários políticos hodiernos, vê-se que governos repressivos ainda são realidade.

2.2 Fatores biológicos versus fatores sociais geradores de violências

Viu-se que a violência é um fenômeno histórico, multifacetado e que assume conotações diferentes, de acordo com diversos fatores. Como afirma Abramovay:

[...] é importante ter em conta que o conceito de violência varia consoante a cultura e a época. O conceito de violência depende do momento histórico, da localidade e do contexto sociocultural, o que lhe atribui o dinamismo próprio da vida social. (ABRAMOVAY, 2006 apud OLIVEIRA, 2014, p.12).

O próprio termo – *violência* – é gênero polissêmico que se ramifica em inúmeras espécies. Originada do Latim (*violentia*), cujo significado é “força”, conforme Paviani (2016, p. 9), delimita-se em violência física, moral, psicológica, econômica, social, racial, ambiental, sexual, doméstica, urbana, simbólica, criminal, escolar, estatal, entre tantas outras.

Além disso, considerando os exaustivos cenários em que o fenômeno se manifesta, o Brasil vive um dilema. Diante de acontecimentos tenebrosos, Queiroz e Lourenço afirmam que “Crimes bárbaros cometidos por jovens de diversas idades e classes sociais têm provocado uma

² Obra, vencedora do prêmio Nobel de Literatura em 1953, escrita pelo ex-primeiro-ministro britânico Winston Leonard Spencer Churchill.

polêmica discussão sobre a redução da maioridade penal de 18 anos para 16 anos de idade” (QUEIROZ; LOURENÇO, 2007, p. 2). A polêmica não é nova e cada vez que um novo ato de violência é cometido por um menor de idade, potencializa-se o já alto grau de reprovabilidade da conduta pela sociedade. Segundo as autoras:

O “Estatuto da Criança e do Adolescente”, assim como os “Direitos Humanos” posicionam-se contra a redução da maioridade penal baseados no argumento de que os adolescentes que cometem crimes o fazem por razões sociais. Do outro lado da balança, parlamentares e familiares de vítimas de diversos crimes cometidos por estes jovens argumentam que faz parte da natureza e do caráter destes menores serem violentos e “cruéis”, ou seja, acreditam no aspecto biológico da violência. (destaques no original). (QUEIROZ; LOURENÇO, 2007, p. 2).

Dois pesos disputam o favorecimento da balança da Justiça. Dois lados, infelizmente, antagônicos, que deveriam ajudar-se mutuamente, mas que, por entendimentos diferentes acerca de como o Poder Público deve proceder diante da violenta realidade, não conseguem chegar a um consenso.

De um lado, organismos sociais, jurídicos e estudiosos do assunto, a exemplo de Guilherme Nucci (2015) e Rogério Greco (2015), argumentam no sentido de se buscar meios menos coercitivos para dar uma resposta mais justa possível à sociedade acerca dos porquês de tais acontecimentos e dos procedimentos a serem adotados. Do outro lado, famílias que requerem respostas (ou vingança) aos fatos ocorridos e exigem com demasiado rigor uma punição justa aos autores dos atos infracionais.

Nesse contexto surgem duas correntes: violência inata e violência socioambiental. Enquanto a primeira defende a ideia da violência como fator biológico, a segunda a entende como resultado de reflexos sociais. Diante disso, buscou-se explicar brevemente esses entendimentos.

É importante mencionar que apontar qual é a natureza da violência se constitui numa problemática complexa, haja vista que ela pode variar a partir da percepção do fenômeno por cada pessoa, bem como dos fatores envolvidos. Na prática, há controvérsias se ela é inteiramente natural, social, psicológica ou uma mistura das três dimensões.

2.2.1 Violência inata

Não é de hoje que pesquisadores e cientistas naturalistas buscam explicações para o fenômeno da violência. Como afirma Santos (2016, p. 3), alguns autores e cientistas defendem que “a natureza violenta do homem é instintiva, faz parte de sua genética, e o ambiente apenas permite que esse comportamento aflore, em maior ou menor grau”. Nesse sentido, o meio – ou

seja, *o ambiente social* – seria apenas o campo dos conflitos em que o fenômeno da violência, emanado do interior dos indivíduos, se manifesta. Considerando esse aspecto, se é no interior dos indivíduos que nasce a violência, podemos afirmar que é na sociedade que ela atinge o seu *suprassumo*.

Numa dimensão voltada para o estudo na esfera da “antiga” Antropologia Criminal³, o médico italiano Cesare Lombroso (1835-1909) buscou traçar perfis de criminosos baseado em seus traços biológicos e fisiológicos, dando origem a famosa *Teoria do Criminoso Nato*, mais tarde combatida, sobretudo pelo seu caráter eugênico. De acordo com Posterli (apud SANTOS, 2016, p. 3) “apesar de Lombroso não ser geneticista, ele direcionou sua pesquisa para o atavismo (herança remota), sendo o primeiro a falar de hereditariedade do comportamento”. De maneira sucinta, Lombroso defendia que era possível, a partir de características físicas e biológicas, apontar que determinadas pessoas poderiam ser pretensas à vida criminosa. Tal predisposição era suscetível de herança geneticamente adquirida.

Apesar de se distanciar das teorias referentes ao inatismo da violência, Ristum (2001, p. 48) afirma que “no relato de pessoas leigas a respeito de episódios de violência é bastante comum a inclusão de impulsos ‘cegos’, incontroláveis. Esses aspectos são considerados pelos inatistas como reflexos daquilo que seria inerente ao ser humano (violento por natureza). Loureiro (1999, p.54), em uma de suas publicações, menciona duas falas oriundas de pessoas distintas, mas com teor semelhante.

No primeiro caso, um aluno afirmou: “Não sei o que deu em mim, parecia um bicho, fiquei cego.”; no segundo, uma professora que a pouco, tinha separado uma briga entre alunos, afirmou: “Não sei o que deu em mim, fiquei enfurecida, saltei entre os dois e, mesmo correndo o risco de ser furada pelo ferro que um deles segurava como arma, separei os meninos”. É interessante destacar o início da fala de ambos os atores sociais: “não sei o que deu em mim...”. A princípio, nos parece algo não desejado; atitude não pensada, mas de algum modo engatilhada e disparada. Fatos como esses dão sustento as ideais da violência, ou, ao menos da agressividade como sendo algo inato.

Com relação à agressividade, Santana afirma que para os inatistas: “a agressividade, de acordo com a linha biologicista, [...] faz parte do impulso natural e que provém de sentimentos primários: alegria, dor, raiva, curiosidade, medo, vergonha, remorso, culpa, ciúme” (SANTANA et al, 2016, p. 3). Sendo inata, ela é considerada, em certa medida, como algo

³ A Antropologia Criminal foi uma “corrente científica” surgida no final do século XIX, que seguia os padrões da Escola Positivista. Foi elaborada pelo médico italiano Cesare Lombroso, que defendia a idéia do determinismo biológico no campo criminal, associada ao caráter hereditário para a delinquência. (SANTOS, 2003, p.1)

natural, já que se encontra em todo ser humano, que a exterioriza conforme recebe estímulos. Afirma-se que a agressividade humana “seria mediada geneticamente, resultante da natureza instintiva do homem que teria uma tendência irreprimível à violência e ao domínio dos outros, numa analogia à teoria da seleção natural” (SANTANA et al, 2016, p. 4).

Para Queiroz e Lourenço (2007, p. 3), de acordo com o pai da psicoterapia e da psicanálise, Sigmund Freud, a agressão é um instinto, considerado como impulso inato do organismo e que representa uma ligação entre o corpo e a alma. Seria, portanto, uma reação não intencional, espontânea e muitas vezes, desproporcional àquilo que deu causa a tal reação.

Queiroz e Lourenço ainda afirmam que:

Em uma das suas publicações, Ballone (2005) utiliza argumentos neurofisiológicos que justifiquem os comportamentos violentos. Segundo o autor, experimentos demonstram que a agressividade pode ser alterada modificando-se a taxa metabólica de certos neurotransmissores, como a noradrenalina, serotonina e dopamina, e que o papel dos hormônios sexuais também não deve ser ignorado em se tratando de agressividade (QUEIROZ; LOURENÇO, 2007, p. 5).

Já para Charlot (2002, p. 436): “a agressividade é uma disposição biopsíquica reacional: a frustração (inevitável quando não podemos viver sob o princípio único do prazer) leva à angústia e à agressividade”.

Vê-se que são aspectos importantes a se considerar. Embora existam discussões em diversas esferas do conhecimento sobre o assunto, pensar a violência e a agressividade como fatores biológicos não invalida as correntes de estudos socioambientais. O contrário também não acontece, pois como argumenta Montagu (apud QUEIROZ; LOURENÇO, 2007, p. 4), existem limitações que impedem que o homem conheça de maneira científica e indiscutível porque os seres humanos se comportam de uma maneira ou de outra.

2.2.2 Violências socioambiental

Assim como no inatismo abordado anteriormente, estudiosos, há tempos, têm se empenhado em estudar o fenômeno da violência sobre outra ótica, que não apenas aquela em que o ser humano é visto como um natural *ser violento*. O cenário analisado é a sociedade, bem como as relações sociais nela estabelecidas. John Locke, em sua obra *Segundo Tratado Sobre o Governo*, estabelece um conceito sobre aquilo que ele chama de “estado de guerra”. Partindo de uma análise empirista da sociedade de sua época, ele conceitua o estado de guerra como sendo:

[...] uma condição de inimizade e destruição; e, portanto, um estado que declara intenção ponderada e fria com relação à vida de outrem, por meio de palavra ou ação,

não movida por paixão ou precipitada, e o coloca, pois, em guerra contra aquele que a quem declarou tal intenção, expondo assim, a vida ao poder do outro, vida que poderá ser arrebatada por aquele ou por qualquer outro que a ele se alie para defendê-lo. (LOCKE, 2002, p. 23).

Por analogia, embora o estado de guerra em Locke tenha como primazia as relações entre indivíduos e propriedade privada, é possível extrair do núcleo do conceito criado pelo autor uma relação de conflito entre atores sociais, movidos por uma *disputa material*, desencadeando-se assim o fenômeno da violência. Podemos inferir que um dos motivos pelos quais a violência se manifesta está ligado a questões e condições socioeconômicas dos indivíduos. Se em Locke, na disputa territorial entre dois agentes, brota-se violência, é cabível supor que nas relações em que há desigualdade e injustiça social e, portanto, relação verticalizada entre particulares, brota-se igualmente violência.

Locke ainda defende que a própria parcialidade nos atos de um juiz, ao julgar uma causa social, pode ser compreendida como uma forma de violência. Segundo ele:

Sempre que se emprega a violência e se comete injustiça, embora pelas mãos escolhidas para administrar a justiça, ainda assim se trata de violência e dano, mesmo acobertada pelo nome, pretensões ou formas da lei, uma vez que o objetivo da lei é proteger e desagravar o inocente pela sua aplicação imparcial a todos que estão a ela sujeitos (LOCKE, 2002, p. 25).

Havendo desequilíbrio nas relações interpessoais e tratamento injustificadamente assimétrico entre agentes, há violência.

Thomas Hobbes defendeu que “a condição do homem é uma condição de guerra de todos contra todos” (2019, p. 48). Sendo assim, de acordo com esse pensador, temos que o homem é movido por desejos egoísticos e individuais. Tem-se que o indivíduo vai em busca daquilo que o motiva, ainda que para isso ele tenha que empregar violência. O mesmo autor afirma que “o homem é o próprio lobo do homem”, sendo, portanto, altamente destruidor e autodestrutível. Esse comportamento atinge pessoas e até mesmo o meio ambiente, na forma de desmatamento ilegal, degradação do solo, de rios, poluição etc. Seriam as disputas materiais, por conseguinte, uma geradora de conflitos de interesses, e com isso, geradora de violências.

Ainda que alguns fatores biológicos contribuam para o afloramento da violência, entendemos tal fenômeno como primordialmente social. De acordo com Ristum e Bastos:

Os estudos em Sociologia, Antropologia, Política, História e Psicologia Social têm focalizado a violência como um fenômeno gerado nos processos sociais, históricos e culturais, afirmando a inadequação de se estudar a violência de forma independente da sociedade que é responsável pela sua produção. (RISTUM; BASTOS, 2004, p. 52).

Ou seja, a violência estaria umbilicalmente ligada à sociedade, não sendo possível estudá-la desprendida da realidade social. Se, na corrente inatista o sujeito deve ser isolado para ser estudado, na corrente socioambientalista, o indivíduo deverá, necessariamente, ser observado quando estiver se relacionando socialmente.

Santos (2016, p. 11) aponta que “de acordo com a Teoria da Ecologia Humana ou Teoria Ecológica, a sociedade e o espaço têm uma participação importante na gênese da criminalidade”. Sendo assim, fatores como a flexibilização da posse de armas de fogo, o consumo do álcool e outras drogas, o aumento nos níveis de pobreza extrema e o baixo grau de instrução escolar se encontram diretamente atrelados ao aumento da violência na sociedade. Indo mais além, é certo que existem diversos outros elementos além daqueles apresentados pelos autores aqui abordados que se relacionam, de algum modo e em alguma dimensão, a fatores sociais geradores de violência.

Além disso, contrapondo o que é defendido por inatistas sobre os comportamentos reflexos dos indivíduos, Ristum aponta que “para o behaviorismo radical, o repertório comportamental do homem é composto de alguns poucos comportamentos reflexos (inatos) e, na sua maior parte, de comportamentos operantes (aprendidos)” (RISTUM, 2001, p. 51). Esse aprendizado é fruto da convivência entre os seres humanos, que vai adquirindo conforme vai se relacionando com outros indivíduos.

Desse modo, nos parece que o mais pertinente a se considerar no momento é que a violência se enquadra melhor como um fator primordialmente social (ressalvados casos específicos), pois como afirma Biceño-Léon (apud RUSTIM, 2001, p. 42) “[...] mesmo que seja plausível a associação de traços biológicos com a agressividade, este não parece ser o caminho adequado para compreender um fenômeno social do porte da violência [...]”. Mas, de modo algum dar-se por encerrado o assunto, bem como não se descartam os fatores biológicos, já que a violência é um fenômeno plural. Afinal, não se pode negar que alguns indivíduos, em virtude de quadros de ordem psicológica, estão mais propensos a agirem de maneira violenta quando expostos a determinados estímulos. Em outros casos, essas pessoas não apresentam a mesma capacidade de controlar determinadas emoções como ocorre com os indivíduos em geral, o que as torna mais suscetíveis a agirem de forma violenta.

2.3 O início dos estudos sobre violência na escola no Brasil

Em que pese estarmos acostumados a pensar e perceber a violência na escola a ser perpetrada pelo aluno, é preciso mencionar que nem sempre essa fora a maneira mais comum de manifestação desse fenômeno. Ao fazermos uma análise retrospectiva, sobretudo do ensino

tradicional presente no século passado, encontraremos a imagem de um professor altamente autoritário, que punia os discentes que o contrariassem:

nesta preservação da autoridade, quem ousasse responder ao professor ou deixasse de fazer as tarefas, era obrigado a permanecer por algumas horas de joelhos sobre grãos de milho, tampinhas de garrafas, a usar chapéu de burro e até mesmo receber uma surra de vara” (ROSA, 2008, p. 77).

Percebe-se que naquela época, a educação brasileira era fortemente marcada por traços de violência física, moral e psicológica. Aliás, algumas práticas ainda podem ser notadas no sistema educacional vigente, como colocar o aluno de pé no canto da sala, no chamado “cantinho do pensamento”, uma nomenclatura travestida de recurso pedagógico-corretivo aparentemente correto, mas que se revela como uma prática do antigo ensino tradicional de ensino.

Além disso, até meados da década de 1990, tinha-se a figura da palmatória, símbolo maior da violência no ensino escolar tradicional. Segundo Rosa:

O símbolo da violência na educação tradicional, no entanto, é a palmatória, introduzida pelos Jesuítas e só abolida definitivamente do meio escolar com a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que reconheceu os direitos fundamentais e proibiu toda e qualquer forma de constrangimento. (ROSA, 2008, p. 77).

Esse terrível recurso demonstra quão penosas eram as práticas educacionais do século passado, em se tratando de punição ao aluno infrator. Esse suplício do corpo, fenômeno tão explorado na obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, é veementemente reprovado e equiparado a um delito de tortura ou maus-tratos, atualmente. Apesar disso, é curioso notar que a abolição da palmatória ocorreu somente recentemente, na década de 1990, com o advento do ECA.

Percebe-se também que, tal qual o termo genérico, a violência no âmbito escolar não é nova. Estudos acerca do tema vêm sendo feitos desde o século passado e apontam para uma crescente, principalmente a partir da década de 1990. Segundo Abramovay; Avancini; Oliveira (2006 apud PEREIRA, 2016, p. 4), “A violência no contexto escolar constitui fenômeno mais antigo do que se imagina, sendo tema de pesquisa nos Estados Unidos desde a década de 1950”. No Brasil, o despertar pelo interesse de investigar o tema teve seu *boom* na década de 1980, ao se iniciar o processo de redemocratização do país, o qual buscava reorganizar-se política e administrativamente após duas décadas de Regime Militar⁴. Tanto é que na mesma década,

⁴ Período conflitante na História brasileira, entre os anos de 1964 a 1985, em que militares assumiram o poder administrativo e governamental do país.

entrou em vigor a nova Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, vulgo Constituição Cidadã, pelo fato de abarcar inúmeros direitos antes não assegurados. De acordo com Sposito (2001, apud PEREIRA):

No início da década de 1980, com o processo de democratização do país em curso, eclodiram diversas reivindicações da sociedade, dentre elas a ampla demanda por segurança, especialmente entre os moradores das periferias dos grandes centros urbanos. A partir de então, o fenômeno da violência nas escolas torna-se visível e passa a acompanhar a rotina do sistema de ensino público no Brasil (SPOSITO 2001 apud PEREIRA, 2016, p. 4).

Com mais liberdade para defenderem seus interesses, grupos sociais organizavam movimentos que visavam ampliar aquilo que já fora garantido na nova Constituição, mas que julgavam insuficiente para o exercício pleno da cidadania. Em meio a um mar de reivindicações, viu-se a necessidade em se discutir a questão da violência, sobretudo nos bairros mais humildes, pois a criminalidade já fincava suas raízes principalmente nessas regiões menos assistidas.

De acordo com Rosa (2008), entre os anos de 1980 e 1990 havia uma proporção entre o avanço no processo de redemocratização do país e a proliferação da violência nos grandes centros, o que afetava diretamente a escola: “A princípio, se tratava de violência provocada pelas demandas sociais não atendidas, mas passou a ocupar também o espaço da escola, trazendo o tema para o centro do debate pedagógico” (ROSA, 2008, p. 76).

A partir da década de 1990, Sposito afirma que:

[...] a preocupação central com a violência escolar eram as agressões interpessoais no ambiente escolar, especialmente entre alunos. As interações entre grupos de alunos, sua sociabilização e relações entre si e com o mundo adulto tornaram mais complexa a análise do fenômeno, que, então, já alcançava cidades de médio porte (SPOSITO, 2001 apud PEREIRA, 2016, p. 4).

Década após década, o fenômeno da violência foi ganhando contornos cada vez mais preocupantes, principalmente nas áreas menos privilegiadas, dos grandes aos pequenos centros. As escolas localizadas em áreas onde as taxas de criminalidade já eram altas sofreram forte influência de grupos criminosos que advinham de fora dos muros da escola. Hoje, são comuns as reportagens televisivas que mostram, por exemplo, o tráfico e a formação de grupos criminosos no interior das escolas. Para Marcelino, Galvão e Martins: “A violência nas escolas pode ser influenciada por alguns aspectos como a região geográfica onde a escola está inserida, principalmente no que se refere à proximidade a favelas em que o tráfico de drogas está presente” (MARCELINO; GALVÃO; MARTINS, 2017, p. 23).

Nessas áreas onde a violência impera, a ausência de uma política firme em Educação e de valorização do trabalho docente, soma-se a corrupção de agentes políticos e a constante

guerra entre policiais e criminosos. Tal cenário naturalmente irradia para dentro das escolas, que busca mecanismos para barrar esses conflitos externos, sem sucesso. Ilustra bem essa situação as escolas das várias comunidades do estado do Rio de Janeiro. Marrone e Omodei (2017, p. 2) afirmam que “o que vemos hoje são várias escolas com seus muros altos, grades, até mesmo nos fazendo lembrar um presídio. Discriminação, agressões físicas e verbais, o não cumprimento dos direitos dos alunos, fazem parte do cotidiano de certas instituições”. As grades e os muros altos constituem uma tentativa desesperada de proteger a escola. Isso ocorre quando outros meios não se fazem suficientes para diminuir o problema da violência que adentra a instituição de maneira cada vez mais feroz.

Por fim, cumpre destacar que a violência no âmbito escolar passou por mudanças em seus polos ativo e passivo. Se no século passado, tinha-se a escola e seus educadores como perpetradores de violência contra os alunos, marcado pelo uso indiscriminado da palmatória, hoje são os alunos, em grande parte dos casos, que promovem a violência contra os professores. E dessa relação caótica entre educação e violência, surgem três dimensões do problema a serem analisadas: violência na escola; violência da escola; violência contra a escola).

2.3.1 Violência na escola

Essa dimensão de violência é, segundo Marrone e Omodei (2017, p.3) aquela que se produz dentro do espaço escolar, inexistindo, porém, participação direta da instituição. Temos que, nesse caso, a escola pode ser entendida como o campo ou espaço onde o fenômeno se manifesta. É a forma mais abrangente de violência escolar e é a que mais aparece nos noticiários. É ampla a gama de sujeitos envolvidos nessa modalidade. Sobre essa violência, de acordo com Charlot, essa violência:

É aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputadas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. (CHARLOT, 2002, p. 434).

Nota-se que essa modalidade de violência, por ser ampla, engloba outras duas dimensões de violência, a saber, a violência da escola e contra a escola. Ademais, percebe-se que ela se ramifica em inúmeras espécies e que algumas dessas, como o bullying, se subdividem, aumentando o grau do problema e, por terem naturezas e causas distintas, essas divisões e subdivisões requerem tratamentos específicos, o que torna o problema ainda mais complexo.

Podemos destacar ainda as peculiaridades no que diz respeito a quem são aqueles que estão mais vulneráveis e suscetíveis a violência. Fernandes (2017, p. 11) menciona que “a violência tem acentuadamente atingido os jovens, principalmente os de sexo masculino, pobres e de cor negra ou parda. E a escola parece configurar-se como um campo ativo e passivo de práticas de violência em suas diversas modalidades”. Não há que se falar em exclusividade de vítimas, pois a violência é sentida por todos, em menor ou maior grau, direta ou indiretamente, mas podemos inferir que ela assume características seletivas, haja vista que existe certa predominância de vítimas, de perfil preto, pardo e pobre.

Sobre os educadores, tendo a escola como campo de manifestação de atos de agressão, xingamento e vandalismo, esses profissionais ficam numa espécie de fogo cruzado em seu ambiente de trabalho e a desmotivação no labor diário fica cada vez mais evidente. Segundo Oliveira “os professores estão angustiados, com medo, pois nunca se sabe o que pode acontecer no cotidiano escolar” (OLIVEIRA, 2014, p. 20). A impressão que fica é de que os vários anos de faculdade não valeram a pena, pois a teoria a qual foi vista na sala de aula é completamente estrangulada pela violenta realidade encontrada no exercício da profissão.

2.3.2 Violência da escola

Outra forma de violência envolvendo a escola se refere àquela provocada pela própria instituição, seja contra os alunos, seja contra o docente, seja contra os demais profissionais que compõem o corpo laboral do ambiente. Segundo Charlot, essa violência constitui-se em:

Uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modo de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos, racistas...). (CHARLOT, 2002, p. 435).

Nessa modalidade, encontram-se também os profissionais que de alguma forma praticam algum tipo de violência contra os alunos, contra os demais funcionários da escola ou contra a própria escola. Seguindo essa ideia, surge aquilo que Bourdieu chama de “violência simbólica”, sendo esse um dos principais tipos de violência provocada pelas instituições escolares. Quanto a isso, Ristum aduz:

Esse conceito [de violência simbólica] foi proposto com base em uma visão da sociedade como um campo de dominação e de reprodução dissimulada das desigualdades sociais nas instituições, o que contraria a ideia de igualdade de oportunidades vinculada à ideologia liberal. (RISTUM, 2010, p. 10).

Fazendo uma análise sobre como se dá a violência simbólica, podemos, grosso modo, apontar algumas características, como por exemplo, seu caráter ideológico, em que, busca-se inculcar ou mesmo preservar valores sociais, culturais, morais e éticos tidos como dominantes. Quando as engrenagens desse mecanismo entram em funcionamento, a escola passa a desempenhar o papel de reprodutora dos valores hegemônicos, transformando-se numa espécie de máquina dissimuladora de desigualdades e mantenedora de um *status quo* ultrapassado.

Considerando esse aspecto, vem à tona discussões sobre a democratização do ensino na escola. Os currículos escolares, sobretudo aqueles das instituições públicas, tendem a privilegiar os alunos advindos de uma classe social com maior capital cultural. Tais currículos se amoldam a determinadas classes sociais, de modo que acabam por discriminar as demais classes, pois como afirma Ristum (2010) os indivíduos que possuem uma bagagem cultural e linguística mais ampla tendem a se destacar, não necessariamente porque são qualificados, mas também por serem favorecidos, já que se encontram numa camada social dominante e que é a base na qual se estruturam os sistemas educacionais.

Quando as tarefas se tornam abusivas, o docente também acaba sendo vítima da violência simbólica. Ristum destaca que [...] “os professores estão sujeitos a essa violência, ao ter que cumprir prazos, programas, preencher formulários, cadernetas etc., ou seja, atender às determinações vindas de cima, sem que o professor tenha participação na sua elaboração” (RISTUM, 2010, p. 74).

Essa relação verticalizada, embora necessária para conservar a ordem no ambiente, quando abusiva, se transforma numa relação violenta. E ela pode ser sentida pelo docente de inúmeras maneiras. Mais uma vez, Ristum preleciona:

[...] são impostos currículos, conteúdos programáticos das diversas disciplinas que compõem o currículo, atividades dentro ou fora da sala de aula, formas de avaliação, projeto político pedagógico, calendários, horários, comemorações etc. etc. etc. Se o professor já tem pouca participação em grande parte dessas coisas, o que dizer do aluno? (RISTUM, 2010, p. 15)

Conforme a afirmação acima, tem-se que uma maneira da violência simbólica contra o professor se manifestar diz respeito a questão da sobrecarga de atividades direcionada aos profissionais. É comum que alguns professores tenham de desempenhar outras funções que nada tenha a ver com a docência. Outros muitas vezes têm de trabalhar em duas ou até três instituições de educação para complementarem a sua renda, pois os frutos do trabalho em apenas uma escola, por exemplo, não são suficientes para arcar com suas despesas. Em áreas carentes, onde os alunos vivem em situações socioeconômicas alarmantes, alguns professores,

apesar da insuficiência de sua remuneração utilizam parte de seus rendimentos para contribuir com alguma data comemorativa (festa junina, natal, Dia das Crianças, Páscoa...). Fato é que a sobrecarga e a defasagem remuneratória desses profissionais podem ser entendidas como uma forma de violência simbólica.

2.3.3 Violência contra a escola

Nessa modalidade de violência, não somente os funcionários são o público-alvo, mas o próprio prédio e sua infraestrutura. As ações podem vir dos próprios alunos, podem vir de pessoas além dos muros das escolas, dos vândalos, dos pichadores, das facções criminosas que se instalam dentro e nas áreas periféricas da escola ou mesmo do próprio poder público e dos representantes político-governamentais. Charlot afirma:

A violência à escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam. (CHARLOT, 2002, p. 434).

Essa dimensão de violência envolvendo o ambiente escolar é comum na realidade escolar brasileira, sobretudo no que se refere às instituições públicas, seja nos grandes centros, seja na periferia. São comuns as pichações, nas quais encontramos apologia a facções criminosas que dominam a área geográfica onde a escola está localizada, além de ofensas contra alunos e professores. Esteticamente, a escola fica desfigurada. Alguns diretores até buscam pintar as paredes, mas em pouco tempo elas voltam a ser alvo de novas pichações ainda maiores e mais ofensivas. Nas quadras esportivas, são comuns os alambrados esburacados, o que permite que pessoas sem vínculo com a escola acessem o ambiente. Ali, pessoas não estudantes se misturam com alunos para, por exemplo, consumirem algum tipo de droga. Já no interior das escolas, mais precisamente nas salas de aulas, alguns alunos depredam o patrimônio público, quebram mesas, cadeiras, quadro, rasgam livros, picham as paredes, as mesas e o teto, quebram as maçanetas das portas etc. No refeitório, muitos desperdiçam o alimento na chamada “guerra de comida”, largam os pratos, copos e colheres em qualquer lugar, de modo que fica difícil para as funcionárias merendeiras recolherem todos os objetos (quando encontram todos), já que muitos são extraviados.

E o professor certamente é um dos alvos nessa dimensão de violência, como por exemplo, nos casos de desvalorização social da profissão. Weber preleciona:

Um trabalho que focalizou a desvalorização social do professor de escolas públicas e privadas do Ensino Fundamental de Recife (PE) ressalta que, nas entrevistas e

discussões em grupo, os professores destacaram a discriminação social da docência, tendo em vista uma clara deterioração de sua posição social. Para a grande maioria, a docência “tornou-se profissão de pobre” e a insatisfação com a baixa remuneração foi generalizada. (WEBER, 1997 apud RISTUM, 2010, p. 3).

A ausência do devido reconhecimento do trabalho docente pela sociedade, somada à baixa remuneração do professor, tem se tornado um dos principais problemas da educação brasileira, uma vez que lhes são exigidos resultados pertinentes, mas o ambiente e as condições objetivas de trabalho não são propícios. Não existe um apoio consistente, nem do poder público nem da sociedade, que requisitam uma boa educação, mas não reparam que um bom profissional não se faz apenas de bons resultados entregues, mas também de reconhecimento do seu grau de importância perante a sociedade e o papel social desempenhado. De tudo que se tem discutido até aqui, a suma é: quando há desvalorização quanto ao trabalho do docente, há violência.

2.4 Da violência contra os docentes

No ano de 2019 o Brasil apreciou uma surpreendente queda no nível da criminalidade entre as principais infrações penais que ocorrem no país. Crimes recorrentes como homicídio, roubo e estupro, por exemplo, tiveram reduções que variaram de 7% a 41% em todo o território nacional, quando comparados aos percentuais do ano anterior, 2018. Os dados são do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (SINESP)⁵, do Ministério da Justiça e Segurança Pública e essas reduções nas taxas de criminalidade podem estar ligadas à entrada em vigor da lei 13.964, de 2019 (Pacote Anticrime). Essa lei aumentou o rigor penal de diversos crimes, expandiu a lista de delitos considerados hediondos e aumentou, de 30 para 40 anos de prisão, o tempo máximo que uma pessoa pode ficar reclusa no Brasil.

Por outro lado, o número de ocorrências envolvendo violência contra docentes segue numa crescente desenfreada. Somente nos dois primeiros meses do ano de 2020 vários casos foram noticiados. Ou seja, a população segue na esperança de ver o nível da criminalidade caindo ao passo que se espanta com o nível da crueldade com que os educadores são acometidos.

No dia 15 de fevereiro de 2020, o portal de notícias *G1*⁶ veiculou uma reportagem na qual informava que um diretor de uma escola de Brasília-DF veio a óbito após ter sido

⁵ Link de acesso aos dados do Sinesp, do período 2018-2019: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1571059445.0>

⁶ Link de acesso à matéria do portal G1: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/02/15/morte-de-professor-envenenado-em-brasilia-e-reconstituída-pela-polícia.ghtml>

envenenado nas dependências da escola. De acordo com a reportagem, o diretor “foi levado pelo Corpo de Bombeiros para o Hospital Regional da Asa Norte, após passar mal na escola. Segundo denúncia gravada pelo próprio [diretor] e enviada para amigos, ele passou mal depois de beber um suco de uva oferecido por um colega”. (PORTAL G1, 2020).

Um dia antes, em 14 de fevereiro, o portal de notícias *TERRA*⁷ fez chegar ao conhecimento da população uma reportagem com a seguinte manchete: “Professora é envenenada em sala de aula por alunos do 4º ano” (TERRA, 2020). De acordo com o caso, os alunos haviam colocado veneno para insetos na garrafa de água da docente. Felizmente, ela foi rapidamente socorrida e levada ao hospital.

Em 2019, a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) publicou uma pesquisa⁹ elaborada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre o mapa da violência nas escolas de 34 países. De acordo com a pesquisa, “O país [Brasil] lidera um ranking de violência nas escolas elaborado pela OCDE, com mais de 100 mil professores e diretores de escola do segundo ciclo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio (alunos de 11 a 16 anos)” (FLACSO, 2019). A pesquisa também revela que 12,5% dos professores brasileiros que participaram do estudo afirmaram ter sofrido agressões e intimidações por parte dos alunos ao menos uma vez por semana. Para se ter uma ideia, a média desse tipo de ocorrência entre os países participantes da pesquisa é de 3,4%, quase quatro vezes menos que a média brasileira.

Analisando a questão, há que se perguntar: por que a violência no ambiente escolar se mantém tão alta mesmo diante de quedas constantes da criminalidade na sociedade, já que parte da violência que se manifesta nas instituições de ensino é reflexo daquilo que acontece na sociedade?! Primeiramente, é preciso entender que a escola é, como afirma Borsa (2007, p. 4), um microcosmo da sociedade. Ela funciona, em certo sentido, como um espelho que reflete a sociedade na qual está inserida; é uma miniatura dela. No entanto, possui peculiaridades. Nela, como afirma Abramovay:

É comum que, convivendo-se durante várias horas por dia e fazendo atividades, nem sempre prazerosas para todas as partes, algumas relações se tornem mais complicadas. [...] A escola é um local onde indivíduos são obrigados a conviver todos os dias, obedecendo a horários e a normas em comum. (ABRAMOVAY, 2015, p. 8).

⁷ Link de acesso à matéria do portal Terra: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/professora-e-envenenada-em-sala-de-aula-por-alunos-do-4-ano,7d4fe6456bd1d37c58829ca10d2ad3a0icyb41wi.html>

Pode-se afirmar que a violência na escola recebe influência da violência na sociedade para existir, de modo que, se a violência no cenário nacional aumenta, ela também aumenta no microcosmo escolar. No entanto, ao fincar suas raízes na escola, ela pode aumentar caso a violência social aumente, mas não necessariamente irá diminuir se a violência social diminuir. Em outras palavras, depois de certo tempo, a violência no ambiente escolar adquire *autonomia*. Reféns deste mal que os assola, os docentes convivem diariamente com esse problema, sobretudo nas escolas públicas, onde os índices de “insubordinação” são notadamente maiores.

O dia a dia do docente tem se tornado cada vez mais complicado. As exigências no que se refere a entrega de resultados a qualquer custo já faz parte da rotina de quase todos. As cobranças, que advêm de variados setores da sociedade, sobrecarregam esses profissionais, que precisam administrar não apenas sua atividade laborativa, mas a vida pessoal, social e familiar. Soma-se a isso, a baixa remuneração, sendo algo que os obriga a, muitas vezes, trabalhar em mais de uma instituição, para conseguir arcar com os compromissos financeiros básicos. Não bastasse todo esse aparato de fatos, lidar com casos corriqueiros de violência se constitui em mais um desafio para a categoria.

A questão da renda é sem dúvidas um problema. Mas a questão mais grave está nas demais violências. Em seu ambiente de trabalho, principalmente na sala de aula, o docente sofre diversas formas de violência, entre elas a verbal, a física, a psicológica, o assédio e o bullying, não se restringindo a essas.

Em uma pesquisa feita no estado de São Paulo, Pereira faz a seguinte afirmação:

Segundo o levantamento, 40% dos professores afirmaram ser comum, em suas escolas, sofrer ameaças ou ter algum bem pessoal danificado por alunos; 62% já foram xingados; 24% foram roubados ou furtados. Para 57% dos professores, as escolas em que atuam constituem um espaço violento. A situação é pior em bairros de periferia, onde 63% dos profissionais consideram a escola violenta (PEREIRA, 2016, p. 8).

Esses dados estatísticos estão em consonância com aquilo que se ouve e se vê nos noticiários. As agressões físicas e as ameaças são situações que, infelizmente, já se tornaram comuns nas escolas brasileiras e na vida dos docentes. Até seu patrimônio é alvo de vandalismo. Muitos têm seus pertences furtados, carros arranhados, pneus furados. Há casos em que as ameaças transcendem o docente. Alunos, dominados pela maldade, dirigem ofensas ao docente e seus familiares. Nos casos mais graves, os professores são agredidos com socos e pontapés. Existem relatos de alunos que levam facas, estiletes ou outros objetos cortantes (que funcionem com “armas brancas”) para “pegarem o professor” na hora da saída. Em casos específicos, armas de fogo também compõem o cenário de guerra. Nesses casos, a vítima só consegue sair

das dependências da escola por meio de um forte esquema de segurança. Transeuntes que presenciam a cena têm a falsa impressão de que a polícia está escoltando um criminoso. Não fosse os profissionais da área da segurança escoltando o docente, talvez este nem conseguisse sair de seu ambiente de trabalho com vida ou plena integridade física.

Outra pesquisa, dessa vez no estado do Pernambuco, analisou a situação das escolas públicas e particulares do respectivo estado. De acordo com Machado e Soares:

[...] os professores de escolas públicas evidenciaram experiências de agressões físicas e depredações, ao passo que aqueles das escolas particulares destacaram as humilhações e agressões verbais. Em falas dos professores de escolas particulares acerca das agressões sofridas, foi mencionado o valor comercial atribuído pelos alunos de classes mais abastadas para a educação escolar, corroborado pela postura da própria instituição escolar, que sempre dá razão ao ‘cliente’, no caso, o estudante (MACHADO; SOARES 2014 apud PEREIRA, 2016, p. 9).

Não é comum, comparado às escolas públicas, agressões físicas contra o docente nas escolas particulares. Porém, o que se tem são casos em que o docente é humilhado diante da condição social, por vezes, elevada do aluno. Como afirmam os pesquisadores supracitados, a administração da escola tende a posicionar-se ao lado do discente e contra o professor. Isso nos dá a sensação de que mais vale um aluno-cliente a um professor competente. Quando a família do aluno que esteve envolvido do conflito com o professor fica sabendo do ocorrido, usa de sua influência financeira para pedir o afastamento do professor dos quadros da escola. A consequência é mais um professor desempregado, horas depois. Cabe ressaltar, no entanto, que afirmar que todas as escolas, públicas ou particulares, agem dessa forma se constitui em argumentação leviana.

O assédio ao profissional também acontece, sendo mais comum entre os indivíduos do sexo feminino. Em sua pesquisa, Oliveira registra o depoimento de uma professora que testemunhou outra professora ser assediada por um aluno da classe: “O aluno disse que estava apaixonado e a professora não lhe dava atenção, então o aluno revoltado passou a jogar pedras; o aluno chamava palavrões e os [demais] alunos faltavam com respeito” (OLIVEIRA, 2014, p. 14).

O racismo é outra forma de violência que se manifesta no ambiente escolar. Esse tipo de ato por vir de alunos, pais ou mesmo de funcionários da própria instituição na qual o educador trabalha. Citando um caso dessa natureza, Schelb afirma:

A professora processou a diretora da escola, alegando humilhação e preconceito racial. De fato, comprovou-se que a diretora chamou a educadora de ‘macaca’, durante uma reunião de professores. Não se sabe ao certo a verdade, pois a diretora afirmou

que a chamava assim, mas sem nenhum preconceito, apenas como uma forma de tratamento (SCHELB, 2017, p.12).

Como se pode ver, os agressores não são apenas alunos raivosos ou familiares ensandecidos. A violência contra os professores parece não encontrar dificuldades para se propagar. Aqueles que deveriam figurar na linha de frente, em defesa da valorização profissional de seus companheiros de trabalho, em alguns casos, fazem o caminho inverso.

Outro aspecto a ser considerado é o fato de que muitos professores e professoras às vezes não conseguem perceber que estão diante de uma situação de violência. Outros até reconhecem, mas optam por manterem-se inertes. Odália (2004 apud MARCELINO; GALVÃO; MARTINS, 2017, p. 17) afirma que “muitas vezes ‘deixamos passar’ muitas atitudes que não consideramos atos de violência e assim temos a impressão de que faz parte da rotina. Encaramos como algo ‘natural’ e deixamos ‘pra lá’.”. Atitudes como essa não são interessantes caso queiramos enfrentar o problema em questão. Sua resolução exige, entre outras coisas, reconhecer que o problema existe, está entre nós e precisa ser combatido com veemência e inteligência.

De acordo com Oliveira:

O corpo docente, em seus relatos, vem destacando que a violência, principalmente o desrespeito, é uma constante no meio escolar. Eles indicam que a violência na escola pública está banalizada, provocando inclusive uma nova visibilidade, onde vários atos deixam até de serem percebidos como violentos. (OLIVEIRA, 2014, p. 14).

Novamente, a tentativa de suavizar a questão, buscando contornar a situação não nos parece o melhor caminho a ser seguido. Na verdade, o *modus operandi* dos alunos violentos tende a evoluir conforme avança e não encontra barreiras. Sabendo que a escola não dispõe de meios consistentes para pará-lo, o aluno violento sente-se no direito de agir como lhe for querido, já que as “punições” se restringem a suspensão ou expulsão.

Na era da comunicação de massas, o que se vê são alunos submetendo professores a constantes vexames dentro da sala de aula ao filmarem as ocorrências. Uma notícia veiculada no portal de notícias *O Tempo*⁸, em dezembro de 2019, trazia a seguinte manchete: MG [Minas Gerais]: aluno joga lixeira na cabeça de professor. De acordo com as informações, o aluno teria jogado a lixeira no professor por tê-lo chamado a atenção, pois estava fazendo bagunça e atrapalhando o andamento da aula. No vídeo, com duração de 10 segundos, o professor aparece de costas para a turma e escrevendo no quadro, enquanto o aluno arremessa o objeto contra a

⁸ Link de acesso à matéria do portal O Tempo: <https://www.otempo.com.br/cidades/aluno-de-12-anos-joga-lixeira-na-cabeca-de-professor-em-escola-de-bh-1.2244340>

cabeça do professor. O agressor teve auxílio de outros alunos para filmar o acontecimento, que em seguida foi publicado pelos próprios discentes nas redes sociais. A polícia Militar foi acionada. O professor registrou boletim de ocorrência na Polícia Civil após sair do hospital, já que sofrera lesões na região da cabeça.

As agressões não são perpetradas apenas pelos alunos. Há casos em que os pais dos alunos se dirigem até a escola e agridem verbal e fisicamente os docentes. Tudo é filmado e publicado na internet.

Todos esses fatores desanimam os professores, que constantemente repensam prosseguir na carreira. Como afirmam Lira e Gomes, “tendo ou não consciência de suas atitudes, os professores acabam desestimulados de sua profissão, uma vez que diante do cenário de violência se sentem fragilizados, inseguros e impotentes, como tem comprovado diversas pesquisas” (LIRA; GOMES, 2015, p. 347).

Em tempos de crise sanitária, ocasionada pela pandemia da covid-19, grande parte da classe docente tem se mostrado contrária às aulas presenciais, o que deveria ser naturalmente compreendido pela sociedade em geral. Afinal, o coronavírus possui altas taxas de contaminação e letalidade. No entanto, o que se tem ouvido é que os professores “não querem trabalhar”, que “recebem para ficar em casa” e que são “incompetentes”. Essa falta de respeito e insensibilidade é mais um indicativo que demonstra quão desvalorizada tem sido a profissão no Brasil. Podemos classificar esses episódios como uma espécie de violência moral.

2.5 Fatores que fomentam comportamentos agressivos de alunos

Em seus estudos amplamente difundidos, o filósofo alemão Arthur Schopenhauer desenvolveu diversos conceitos a respeito de sua cosmovisão de mundo. Dentre eles destacou-se a questão da *Representação* do mundo como uma *Vontade*. Ele defende que “o mundo como representação é o espelho da vontade, no qual a vontade se reconhece a si mesma com uma clareza e uma precisão que vão gradualmente crescendo [...]” (SCHOPENHAUER, 2015, p. 4). Não se pretende aqui esmiuçar os conceitos de Representação e Vontade em Schopenhauer. Basicamente, ele entende que as coisas, os objetos e os fenômenos que existem no mundo possuem um significado mais profundo o qual transcende a nossa capacidade de compreendê-los em nossas representações. Schopenhauer nos dá a entender que é possível ter acesso a esse conhecimento mais profundo a partir de experiências vivenciadas por meio do corpo. Por exemplo, podemos testemunhar e representar (formar a imagem em nossa mente) de alguém que está nervoso pelo fato de que, em instantes, irá saltar de paraquedas. Formamos a nossa representação desse fenômeno (nervosismo) com base na nossa percepção extrassensorial.

No entanto, também é possível adquirir esse conhecimento a partir de nossa própria experiência em estar prestes a saltar de paraquedas. Dessa forma, ao usarmos o nosso próprio corpo como campo de experiências, temos acesso ao significado mais profundo da aflição em saltar de paraquedas quando estamos prestes a executar o ato, pois o fato de vivenciar a experiência é mais específico que apenas testemunhá-lo. Seria o corpo, por conseguinte, a chave-mestra para compreendermos as minúcias do mundo a nossa volta.

Para nós, muitas vezes, o que entendemos por violência nem sempre abarca todas as faces do fenômeno. Em certo sentido, não enxergamos determinadas situações como ato de violação a alguém, pois a imagem preconcebida que representa a violência para muitos, em suma, se restringe às formas noticiadas nos telejornais, rádio e redes sociais. Porém, algumas pessoas que vivenciam determinadas experiências tendem a transcender aquilo que outros entendem superficialmente por violência. São corpos adquirindo o conhecimento mais aprofundado daquilo que se entende por violência.

O Brasil figura entre os países mais violentos do mundo. As altas taxas de criminalidade encontram-se atreladas a fatores como corrupção, mau planejamento de políticas de segurança pública e sucateamento da educação. Esse quadro é histórico e guarda estreita relação com os tempos coloniais, sobretudo no que se refere a violência do homem branco contra o povo negro e os indígenas. A escravidão deixou como herança a corrupção sistêmica, o preconceito do branco contra o negro e dividiu a sociedade brasileira em estratos sociais, na qual há uma elite econômica e política que dita as regras sociais e exige ser sustentada pelas camadas sociais mais pobres. São desigualdades como essas que promovem cada vez mais a violência no Brasil.

2.5.1 Conflitos intrafamiliares

O cotidiano dos alunos é complexo e comumente desconhecido para os professores. As situações que defrontam em suas vidas são diversas e por vezes, obscuras. Parte do que se sabe sobre eles se resume ao que se nota no ambiente escolar. Se é desejo do educador entender o que de fato acontece na vida de cada aluno, precisa aproximar-se um pouco mais, analisar, entre outros aspectos, o convívio familiar do discente.

Conforme afirma Durkheim (1978, p. 42) “o ser social não nasce com o homem, não apresenta na constituição humana primitiva, como também não resulta de nenhum desenvolvimento espontâneo”. Ele se origina das relações sociais, e a família é a célula mais importante da sociedade nesse processo de construção do ser social. É nela que o indivíduo desenvolve as primeiras práticas de relações interpessoais, seja de afeto, amor, empatia, entre outros. É no seio da família que o sujeito desabrocha e se torna sociável, molda seu caráter e

adquire valores imprescindíveis à convivência em ambientes exteriores ao lar familiar. Munido de uma família harmônica, influências positivas nas amizades, bagagem cultural idônea e condições sociais adequadas, é provável que o indivíduo tenha maiores chances de desenvolver com qualidade seu papel de cidadão na vida adulta.

Por outro lado, uma família desarmônica pode se constituir num verdadeiro desastre na vida de qualquer pessoa. Um aluno que convive rotineiramente em ambiente demarcado pela violência certamente sofrerá tais reflexos. Quando esse ambiente é o lar familiar, tratar da questão da violência torna-se algo penoso. Conforme relata Santos (2016, p. 9) “as experiências de violências que me deparo no cotidiano escolar, são com alunos provenientes de relações familiares disfuncionais, ou seja, onde são frequentes atitudes agressivas, grosseiras, desrespeitosas, preconceituosas, superprotetoras ou ausentes”. Enfrentar a violência escolar em cujo fio de proveniência encontra-se no lar do aluno é complicado, pois os motivos vão desde pais ausentes a agressões em decorrência de violência doméstica, alcoolismo e demais vícios oriundos de outras substâncias entorpecentes.

Analisemos um caso hipotético: quando há desavenças domésticas, em que o pai espanca constantemente a mãe na frente de uma criança, é comum que esta fique acuada num canto, tampando os olhos com as mãos e ouvindo a agonia da mãe, que clama por socorro. Minutos depois, quando a agressão cessa, o filho vai ao encontro da mãe e a vê machucada e chorando. Isso tende a imprimir marcas profundas na mente daquela criança. Se, porém, em vez de uma criança, a testemunha é adolescente, isso não só deixa marcas no psicológico como também estimula nele sentimento de reação, no sentido de defender a mãe, o que leva, por vezes, pais e filhos a agressões recíprocas. Certamente, essas marcas vão acompanhá-los por muito tempo. Fato é que, quando analisamos os casos de alunos violentos no ambiente escolar, em grande parte das vezes, a violência empregada por eles tem como base experiências igualmente violentas testemunhadas em seus lares.

A ausência dos pais no cotidiano escolar dos alunos também é um fator que produz indivíduos violentos. A violência que se origina desse fator, porém, parece se constituir numa forma que o indivíduo encontra de atrair a atenção dos pais, que geralmente encontram-se inteiramente envolvidos nas tarefas de suas respectivas profissões. Na escola, o discente trata seus colegas com indiferença e desafia os professores. Envolve-se em constantes confusões e está sempre a ser enviado à direção da escola, trazendo estigmas para si. Prelecionam Njaine e Minayo:

Na visão dos professores, [...] alguns fatores são apontados para esse comportamento: família [...] nas quais os pais que dedicam pouco tempo à sua educação e como resultado, esses jovens apresentariam dificuldades no relacionamento com o outro, e uma presença cada vez menor do adulto na vida da criança, comprometendo sua noção de civilidade e companheirismo. (NJAINÉ; MINAYO, 2003, p.4).

Delegar a educação dos filhos para outras pessoas ou mesmo para a escola, quando podiam fazê-la, é um erro grave cometido por muitos pais na pós-modernidade. A escola e a sociedade são auxiliadoras do processo, não o agente principal. Mas conforme afirma Oliveira e Souza (2014, p. 4), “o que vemos é que a escola tem realizado uma função que não pertence a ela, a de moralização do aluno”. O que se desenha é uma sobrecarga de competências atribuídas aos professores, em contrapartida do esvaziamento de responsabilidade dos pais perante a vida escolar de seus filhos. Muitas vezes, os pais somente comparecem à escola quando algo negativo acontece com o aluno, seja por ter se envolvido em alguma confusão ou por ter adoecido.

Um dos fatores intrafamiliares que mais influenciam na construção de alunos violentos é a questão da abominável violência sexual. Submetido a constantes abusos, o indivíduo se retrai e se recusa a encarar o mundo. Na escola, a vítima de abusos sexuais se mostra indisposta a relacionar-se com os colegas e mostra-se profundamente desconfiada de qualquer gesto ou tentativa de aproximação por parte de um adulto. Conforme afirmam Silva e Carvalho:

A criança abusada sexualmente carrega consigo um ferimento muito profundo, pois, além de ter sido violentada fisicamente, foi violentada psicologicamente e emocionalmente, o que pode comprometer em muitos aspectos de sua vida, dentre eles podemos citar a aprendizagem, pois a questão emocional influencia muito no desenvolvimento cognitivo e na interação social da criança e do adolescente. (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 2).

A violação sexual e psicológica abre caminho para a insegurança e conseqüentemente, reações agressivas. Essa situação exige um olhar aguçado do educador, que precisa perceber que o olhar distante e pensativo do aluno pode ser um sinal de que algo não vai bem em sua casa. Às vezes, o estudante não consegue proferir uma palavra sequer. Mas as denúncias são feitas pelo olhar, por frases ou desenhos, nas paredes ou no caderno. Por fora, apresenta-se apático, mas por dentro, pede ajuda. Pelo fato de, na maioria das vezes, o agressor ser o pai, o tio, o primo ou alguém próximo, quando na escola o professor faz menção de que vai chamar o indivíduo “responsável” pela criança para que seja averiguado o que está acontecendo, é normal que haja um certo desespero por parte dela, pois não quer encarar o abusador. Reações agressivas e a aflição podem ser vistas com nitidez no aluno. Cabe destacarmos um aspecto importante: ao suspeitar de que um aluno esteja sendo vítima de abuso sexual, o educador

precisa manter a calma e discutir o fato com um mínimo possível de autoridades da escola, até para preservar a vítima e se resguardar de não expor de maneira equivocada algo ou alguém. Schelb descreve um bom exemplo sobre como não se deve agir nesses casos:

Desconfiando que a aluna estava sendo vítima de abusos sexuais, a professora comentou o fato em uma reunião com outros professores, expondo indevidamente a intimidade da adolescente. As informações chegaram ao conhecimento dos demais alunos, que começaram a humilhar a colega. (SCHEL B, 2016, p. 10).

Esse caso nos dá mostras de como não se deve agir em situações como estas. Embora seja difícil manter-se calmo, é preciso lembrar que agir por impulso pode ampliar o problema e dar a ele proporções ainda mais graves, sem contar que pode também aumentar o sofrimento da vítima. Por fim, vê-se que a vítima de abuso sexual não costuma ser empática nem amigável. É fechada e às vezes hostil a aproximações. É como se fosse uma autodefesa dela.

2.5.2 A postura do docente no ambiente escolar

É fato também que a figura do docente é uma das que mais influencia os alunos. Na infância, ser professora é praticamente a primeira coisa que vem à cabeça da maioria das meninas. Isso pode ser visto, por exemplo, nas brincadeiras que elas organizam. A figura da professora-mirim é recorrente. Mas, nem só de momentos positivos a imagem do professor marca a vida do alunado. Se por um lado, temos aquele docente que preza pela qualidade do seu trabalho, pelo aprendizado e pela simetria no tratamento entre os alunos, visando tratar todos de igual modo, sem subjugar um ou outro, por outro lado, existem aqueles que deixam claro que estão despreparados para exercerem a docência ou que, pelo menos, desconhecem o grau de importância que a profissão tem e os impactos de suas atitudes na vida dos discentes. Numa pesquisa feita por Njaine e Minayo com alguns alunos, elas destacaram:

Os jovens apontaram as dificuldades que têm para lidar com o descaso da escola e a violência verbal por parte dos professores e funcionários da escola. As atitudes distantes e autoritárias dos professores obstruem o diálogo com os alunos e impede a verdadeira orientação. Alguns exemplos citados pelos alunos evidenciaram o comportamento autoritário e agressivo por parte dos agentes responsáveis por sua educação e revelaram a significativa atuação da escola. (NJ AINE; MINAYO, 2003, p. 125).

Por incrível que pareça, talvez por causas dos resquícios da era da palmatória, o aluno ainda segue sendo vítima de agressões praticadas por educadores. Esse fato evidencia um grande descompasso entre alunos e professores nas escolas brasileiras. O que era para ser uma relação de camaradagem e mútuo respeito, por vezes se revela aviltante.

Em 2015, um vídeo⁹ divulgado na internet mostrava uma professora de uma escola da rede pública de ensino, em São Paulo, dando uma “gravata” em um aluno. No vídeo, filmado por outro aluno, ela aparece pedindo o celular de um discente, que se nega veementemente a entregar-lhe o objeto. A professora conta de 1 a 10 e quando percebe que o aluno não vai entregar, segura-o e em seguida efetiva o golpe que consiste no fato de um indivíduo imobilizar outro mediante enforcamento. Na sala de aula, os demais discentes se apavoram e pedem calma à professora. O aluno agredido não voltou mais a frequentar as aulas. Situações como essas estimulam, tanto no aluno vítima quanto naqueles que estão presenciando a cena grotesca, comportamentos agressivos, quer seja contra outros colegas, quer seja em casa, ou mesmo contra a figura do professor. Assumir posturas agressivas semelhante à da professora supracitada é estabelecer um precedente perigoso.

A falta de bom senso também é algo característico quando se fala de violências cometidas por professores contra alunos. Dar apelidos a alguém é uma prática comum na sociedade em que vivemos, mas exige cuidado, pois muitos apelidos vêm carregados de subjetividade e semântica pejorativa. Schelb descreve um caso:

A professora elogiava o melhor aluno da sala com o “carinhoso” apelido de *cabeção*. Os colegas começaram a fazer chacota dele por causa do apelido, humilhando-o profundamente. Para a educadora, o apelido estava associado à inteligência e aos méritos do aluno, mas, para seus colegas, a uma deformidade física. (SCHEL B, 2016, p. 11)

Casos como estes podem afastar o aluno da escola, bem como alimentar nele uma aversão aos colegas e professores. Como dito anteriormente, a questão do apelido merece atenção, pois quando internalizado por terceiros, certamente não será fácil desfazer o malfeito.

Práticas autoritárias também podem influenciar comportamentos agressivos nos alunos. A presença do “professor carrasco” faz nascer no âmago do aluno o temor pelo profissional da educação. As reações também são diferentes. Alguns são dominados pelo medo, mas outros nutrem outros sentimentos, como a raiva, a aversão ou vingança. É comum nesses casos que alunos e professores se agridam. Mas a violência, além de recíproca, é escalonada, pois evolui de agressões verbais a ameaças e agressões físicas.

2.5.3 A mídia e o entretenimento

⁹ Reportagem no portal G1 de notícias: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/08/video-flagra-professora-em-sp-dando-gravata-em-aluno-para-tirar-celular.html>

Não podemos ignorar que muitos programas midiáticos são uma grande fonte de envenenamento da mente das crianças e dos adolescentes. Embora seja o papel dos telejornais policiais apresentarem o que de fato acontece na sociedade, principalmente quando da questão da violência, é fato também que a exposição demasiada e diária de fatos violentos não se constitui em algo saudável. Além disso, o sensacionalismo de alguns programas televisivos escancara uma estratégia apelativa em busca de audiência.

A indústria de filmes e séries está repleta de material altamente ofensivo para a construção social e psicológica de crianças e adolescentes, e a indústria de eletrônicos, a exemplo dos jogos de videogame, são a cereja desse bolo macabro.

Sobre essa questão, prelecionam Carvalho, Freire e Vilar:

Ao divulgar crimes, os veículos se preocupam com pormenores das situações, tornando a violência um grande e minucioso assunto. A informação jornalística já não basta; o importante passa a ser a perpetuação do interesse pelo crime, comparável ao que ocorre nas novelas, no sentido de levar ao extremo os acontecimentos para envolver os indivíduos. (CARVALHO; FREIRE; VILAR, 2012, p. 436)

Em alguns casos, as reportagens televisivas passam dias reproduzindo o mesmo acontecimento. As informações são importantes, sem dúvidas, mas percebe-se que o foco não está no crime em si, mas em prender o público para ganhar audiência. Boa parte desses telejornais são exibidos em horários inadequados. Não obstante, parte da responsabilidade sobre que tipo de conteúdo os filhos estão consumindo é dos pais, mas as emissoras televisivas possuem sua parcela de culpa quando dos altos índices de violência que ocorrem na sociedade, fruto da excessiva exibição de cenas de violência. Afirmam Mota e Santos:

Os meios de comunicação também têm contribuído para a proliferação da violência na vida de crianças e adolescentes, pois apresentam frequentemente cenas de agressão física e moral como se fosse normal a sua prática na sociedade. Além de influenciar comportamentos, esses meios contribuem concretamente para a construção da identidade desse público (MOTA; SANTOS, 2011, p. 4).

Reitera-se o entendimento acerca da importância do entretenimento e do jornalismo informativo. Ainda assim, há efeitos colaterais, e um deles é o fator influenciador de comportamentos.

Os jogos de videogame são uma fonte bastante utilizada pelas crianças e adolescentes para a prática do entretenimento. E nesse mundo digital, jogos violentos se destacam. De longe o mais famoso de sua categoria, *Grand Theft Auto (O grande roubo de carros)*, popularmente conhecido como GTA é um dos mais consumidos pelos amantes do videogame. O problema é que esse jogo é extremamente violento e retrata com uma certa fidelidade muita coisa que

acontece no cotidiano das grandes cidades. A presença de gangues, assassinatos, tráfico de drogas, sabotagem, assalto a bancos e prostituição fazem parte da trama nas chamadas *missões de história do jogo*. O próprio termo *missões* é chamativo, pois atrai a atenção dos jogadores que, imersos no jogo, sentem-se como se fizessem parte do ambiente virtualmente simulado. Conforme o jogador vai completando as missões, ele é recompensado no jogo e seu personagem vai ganhando “respeito” de acordo com a complexidade da fase. Com esse respeito, o jogador evolui, desbloqueia novas armas, nova missões etc.

Outros jogos bastante consumidos pelo público brasileiro, sobretudo crianças e adolescentes em idade escolar, são os denominados *Free Fire* e *Pubg*. A premissa de ambos se resume em *matar para sobreviver*. Em março de 2019, o Brasil se viu chocado com os acontecimentos que ocorreram em uma escola localizada na cidade de Suzano, no estado de São Paulo. Ex-alunos adentraram a escola e orquestraram um grande massacre. O mais curioso, os alunos portavam armas e se vestiam com roupas temáticas dos games supramencionados. Depois do ocorrido, a Polícia Civil identificou um caderno pertencente a um dos indivíduos com frases apologéticas e alusivas a *games* de tiro, frases de jogos e tipos de armas, de acordo com a reportagem do *Uol notícias*¹⁰, indicando que o homicida tinha como inspiração para o massacre os jogos eletrônicos. Isso fica ainda mais nítido quando vemos que um dos assassinos usava balaclava (igual ao de um dos personagens do jogo *Free Fire*) e portava machadinhas, coquetel molotov, além de uma crossbow (arma munida a flechas), presentes tanto no *Free Fire* quanto no *Pubg* e dardos. Também levaram para a escola um artefato explosivo, que depois foi informado pela polícia que era inócuo (não detonava). Um dos revólveres também possuía equipamentos específicos que permitiam a rápida recarga de munições, encontrados nos dois games.

Tudo isso nos mostra que os jogos de videogame são potencialmente influenciadores. Não se pretende com isso dizer que os jogos sempre fazem mal para os indivíduos, embora em alguns casos, possuam alguma influência. Os maiores genocidas da história certamente não usufruíam desse tipo de entretenimento.

Os motivos que levaram os indivíduos a praticarem o massacre na escola de Suzano não foram esclarecidos, mas algumas linhas de investigação apontam para o espelhamento nos massacres que acontecem nas escolas dos Estados Unidos, sobretudo o ocorrido em Columbine, em 1999. Além disso, um dos assassinos possuía motivações contra a escola, desde a época em

¹⁰ Site da reportagem do Uol: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/03/13/caderno-de-autor-do-massacre-em-suzano-tem-palavras-de-odio-e-amor-por-arma.htm>

que era estudante, haja vista que sofria constantemente com casos de bullying. O massacre em Suzano foi o nono já ocorrido no território brasileiro. Mas Independentemente dos motivos que levem alguém a cometer tamanha barbárie, uma coisa fica clara: a indústria de entretenimento, os jogos, os filmes, as séries e até mesmo as reportagens televisivas, repletas de violência são fatores que produzem crianças e adolescentes violentos, sendo algo que irradia para o interior das escolas, fazendo várias vítimas, dentre elas os docentes.

2.5.4 Fatores socioambientais

É comum nas escolas notarmos a formação de grupos específicos de alunos, os quais partilham afinidades. De acordo com a região geográfica, a nomenclatura desses grupos pode variar: galeras, rolezeiros, malocas, fundão e panelinhas, entre muitos outros, sendo mais comum o termo “panelinha” para designar grupos consolidados de alunos que possuem a mesmas opiniões, gostos e posicionamentos sobre os variados assuntos. Ao nos voltarmos para a questão da violência, percebemos que também há a formação de grupos com essa natureza nas escolas. Eles podem ser divididos em dois subgrupos.

O primeiro subgrupo emprega a violência no sentido de expor a vítima a situações vexatórias e possui como *modus operandi* a prática do bullying, o uso de apelidos pejorativos que visam destacar, por exemplo, alguma imperfeição física ou intelectual das vítimas. Os indivíduos pertencentes a esse subgrupo se constituem numa espécie de obstáculo na vida escolar dos demais alunos e desafio para os educadores. Frente aos professores, são indisciplinados e atrapalham constantemente as aulas. Aliás, alguns sequer ficam dentro da sala por muito tempo. O ambiente mais frequentado são as quadras esportivas. Com relação à indisciplinada, destaca Golarte:

Eles experimentam a lógica disciplinar (FOUCAULT, 2004) da escola, compreendida através do uso dos uniformes, do controle dos tempos, da ordem e das punições ora legitimando as regras, ora indo contra elas. Não estão alheios ao que se passa, mas, são capazes de fazer um uso racional do que é visto como punição (GOLARTE, 2011, p. 7).

A punição que a escola os impõe é usada contra a própria instituição, professores e demais alunos. Vê-se que alguns alunos se sentem confortáveis com o status de “ir à diretoria” a todo momento. Embora prejudicial para a construção de sua identidade cidadã, a sensação de ser destemido lhes parece dar algum tipo de poder, o qual impõe contra os demais. Mas o jeito “valentão” é estigmatizante. Os alunos agressivos vivem sob constantes suspeitas quando algo de ruim acontece na escola, independente do que possa ser. Golarte aduz:

Todavia, a posição de mais violento/opressor tem um preço. Ou seja, aqueles mais envolvidos com brigas tornam-se os primeiros suspeitos pelas confusões e agressões físicas. Sendo, portanto, responsabilizados pelo próprio estigma que criaram para si mesmos. Eles tendem a se isolar e ficar dentro e resguardado nos próprios grupos, pois, ninguém quer arriscar se aproximar deles. (GOLARTE, 2016, p. 9)

Os problemas que criam recaem sobre eles mesmo com peso extra, pois os grupos tendem a se desfazer com o passar do tempo. Conforme o grupo vai diminuindo, o aluno agressivo vai ficando isolado. Num dado momento, o grupo se desfaz por completo, mas a estigma que criou para si permanece. Os demais alunos, que por tanto tempo foram perseguidos, tendem a se manterem distantes, enquanto o “ex-integrante” do grupo violento vê-se ilhado e com dificuldades para fazer novas amizades.

O segundo subgrupo possui uma natureza significativamente mais tóxica. São alunos com forte temperamento e bastantes agressivos, oriundos das camadas mais humildes da sociedade e moradores de localidades violentas — embora isso não signifique dizer que sujeitos advindos de comunidades desassistidas sejam, necessariamente violentos; e que indivíduos advindos de camadas sociais privilegiadas não pratiquem violência. Na pesquisa aplicada por Golarte, a autora afirma:

A agressividade desses jovens causa medo em professores e nos demais funcionários e se acentua quando eles fazem ameaças físicas para verem atendidos os seus desejos, seja de aumento de notas nas provas, ou seja, para serem liberados mais cedo das aulas. (GOLARTE, 2011, p. 2).

A formação desse subgrupo violento no interior das escolas pressupõe uma cópia daquilo que os indivíduos que o compõem vivenciam no seu dia a dia. Se testemunham agressões em seus lares, se convivem com pessoas agressivas, se residem em locais com alto grau de periculosidade, no qual impera o tráfico de drogas, por exemplo, eles tendem a reproduzir tais fatos. Professores são constantemente ameaçados e agredidos, quando em casos mais graves, assassinados. Esses alunos se espelham nos grupos criminosos com os quais possuem constante contato. Também é comum que os pais deles possuam índole criminosa, de modo que é rotineiro o professor, após repreendê-los, ouvir as seguintes devolutivas com conotação ameaçadora: “você sabe com quem está falando?”; “Sabe quem é meu pai?”; “Você vai se arrepender!”

Quando o próprio aluno não resolve o impasse com o professor, a tendência é a mãe ou o pai deste ir até a escola. Quando isso acontece, quase sempre o que se vê são agressões verbais ao docente, ameaças e insultos. E o mais curioso: ninguém intervêm ou defende o educador no momento dos ataques.

2.5.5 Bullying

O bullying também é outra forma que os alunos agressores encontram para espalhar o pânico entre os alunos e professores. Com relação a esse tipo de violência, Santomauro aponta que sua principal característica “é que a agressão (física, moral ou material) é sempre intencional e repetida várias vezes sem uma motivação específica”. (SANTOMAURO, 2010 p. 68). O prazer está em subjugar a vítima. Se feito repetidas vezes, o bullying se torna mecânico. Essa forma de violência vem ganhando cada vez mais amplitude. Já é possível afirmar que o bullying é uma das maneiras mais rotineiras de violência encontrada nas instituições de ensino do mundo. O agressor procura atacar alguma característica física, intelectual ou mesmo uma deficiência da vítima, buscando expô-la e ridicularizá-la na frente de outras pessoas.

Essa violência é algo que tem estado presente com certa frequência no cotidiano escolar. Sobre esse fato, Ristum afirma:

Dentre as diversas formas de violência entre alunos, o bullying é, atualmente, uma das que mais têm preocupado os profissionais da escola e também os pais. Antes pouco estudado e considerado como próprio da idade e do ambiente escolar, as pesquisas sobre bullying escolar evidenciam sua alta frequência, a grande diversidade de suas formas e as consequências danosas para todos os que nele estão envolvidos: agressores, vítimas e testemunhas. As características de intencionalidade e de crueldade, de humilhação e submissão do outro ressaltam um claro problema social nas relações interpessoais mediadas pelo poder. (RISTUM, 2010, p. 18).

Essa prática atinge alunos e professores, e muitas vezes foge dos limites da escola, acompanhando a vítima em sua vida extraescolar. Quando essa vítima é o educador, os efeitos podem ser vistos na baixa produção e no desempenho do seu trabalho, na relação com os colegas de profissão e com a turma na qual ministra as aulas. Se o aluno percebe que o professor não tem uma forte presença de autoridade na sala de aula, ele tende a subjugar esse profissional que rapidamente é dominado.

2.5.6 Tráfico de Drogas

O tráfico de drogas tem sido um grande fomentador de violência urbana. A fragilidade da segurança pública aliada à precarização no acesso a direitos e serviços básicos, sobretudo em comunidades carentes, como periferias e favelas, têm contribuído para o crescimento de uma juventude cada vez mais violenta.

Com relação ao uso de substâncias entorpecentes, nota-se que é mais comum entre os estudantes adolescentes. O uso no interior das escolas se tornou prática corriqueira, descortinando mais um desafio a ser vencido pelos profissionais da educação. Entre as drogas mais usadas estão o álcool, o cigarro e a maconha. Geralmente, tudo se inicia com o álcool. O

tráfico de drogas consegue granjear muitos jovens em idade escolar, os coloca e os mantém nas instituições de ensino, na prática da mercancia ilegal. Além disso, cigarros e bebidas são vendidos no entorno das escolas, o que facilita o acesso de alunos a esse tipo de produto.

Infelizmente, a escola vem se tornando um próspero mercado consumidor de drogas. Desde cedo, esses alunos aprendem a como utilizar a violência em proveito próprio ou alheio, ditando regras de convivência e criando o clima de insegurança no ambiente.

O tráfico de drogas guarda estreita relação com a desigualdade social. De acordo com Oliveira e Souza (2016, p. 8) “os problemas causados pela desigualdade social, tais como a miséria, a fome, o estresse causado pelo desemprego, a falta de condições dignas de sobrevivência, a falta de acesso a bens como saúde e educação têm sido frequentemente relacionados à violência”. Ainda, de acordo com Oliveira e Flitz (2014, p. 168), “fatores diversos como a precariedade dos serviços públicos e da qualidade de vida, unidos à falta de oportunidades, emprego e lazer, além das escassas perspectivas de mobilidade social, entre outros, são motivadores de ações violentas”.

Embora seja compreensível que a desigualdade social incute no indivíduo uma pressão por conseguir subterfúgios para se sustentar, a ponto de encontrar no tráfico uma enganosa saída, existe uma parcela de sujeitos que não se encontram em situações de vulnerabilidade social. Esses alunos, na verdade optam por fazer parte desse submundo meramente por status, já que é comum os criminosos se exibirem com objetos valiosos, frutos de práticas ilícitas, despertando naqueles que os veem o desejo de possuir tais objetos. Ademais, o problema das drogas nos ambientes de ensino, em todos os níveis de educação, encontra fatores semelhantes, tais como problemas familiares, aceitação em grupos específicos e vazio existencial (NICODEMUS, 2019, p. 150).

Aonde o tráfico de drogas se encontra, impera a violência. As políticas públicas não são efetivadas porque tais localidades são, muitas vezes, esquecidas pelos governos e acabam se tornando de difícil acesso pelo poder público, posteriormente. Conforme preleciona Ruotti (2010, p. 9): “o risco advindo do tráfico de drogas também se configura como um problema na região onde se localiza a escola, aliciando adolescentes e jovens e causando sua vitimização precoce”. Afinal, não há exagero em afirmar que em algumas localidades o crime se faz mais presente do que o próprio Estado. Aonde o Estado se desorganiza, o crime se organiza.

Existem outros fatores que produzem alunos violentos, sem dúvidas. Como se vê, tais vetores advêm de múltiplas direções, brotam de variados cenários e contam com a participação de inúmeros personagens. Isso requer dos educadores uma maior capacitação para lidar com tais questões. À sociedade em geral, cabe cumprir o seu papel de ser agente auxiliadora na

construção social de nossos discentes, buscando ao máximo criar pessoas qualificadas para exercerem a cidadania.

As legislações específicas vigentes que tratam da matéria da violência contra o docente ainda se encontram escassas, muito embora haja um grande número de projetos de lei (PL), elaborados pela classe política brasileira, na fila para serem avaliados por comissões especiais. Muitos desses PL possuem um grande potencial e podem, caso se tornem leis, se materializar em grandes avanços no combate à violência contra os educadores e em geral.

Conclui-se da discussão neste tópico que a violência é um fenômeno primordialmente social. No entanto, há situações em que o indivíduo possui predisposições biológicas que funcionam como elementares nos casos de violência empregada contra outros indivíduos. No geral, há gatilhos sociais que fomentam a violência contra o docente, a exemplo alta taxa de criminalidade no cotidiano do Brasil, violência doméstica, questões econômicas, conteúdo televisivo violento, indisciplina, entre outros. A própria postura do docente ante os discentes pode desencadear episódios de violência. Por isso, ao tratar do tema em apreço, é necessário trabalhar com todas essas variáveis para que possamos compreender de maneira ampla o fenômeno da violência sofrida pelos docentes. Fica evidente, também, que um dos fatores que fazem com que a docência brasileira esteja em declínio é compreendida à luz dessa realidade violenta vivenciada pelos profissionais da educação em seu cotidiano, no ambiente de trabalho.

Foi visto no início deste trabalho diversas conceituações sobre o fenômeno. Enquanto algumas pessoas possuem uma visão ampla dele, outras afunilam a interpretação, muitas vezes limitando-se a afirmar que a violência é meramente física ou verbal. Uma possível explicação para isso reside no fato de que muitos indivíduos não possuem uma profunda experiência sensorial com o fenômeno, em suas várias faces, enquanto outros vivenciam determinadas experiências e, em decorrência, sentem-se violados, numa dimensão de violência que não conseguimos alcançar e entender, pois talvez ainda não tenhamos passado por ela. Isso faz da violência, em termos gerais, um fenômeno extremamente complexo e diversificado.

Em linhas gerais, a violência no Brasil tem sua origem ligada aos tempos do Brasil-Colônia, passando pelo período escravocrata e o regime militar de 1964. Atualmente, sua forma mais notável encontra-se atrelada ao crime organizado e a corrupção sistêmica, tanto no âmbito da Administração Pública quanto na dimensão pessoal.

3- ARCABOUÇO METODOLÓGICO

*“Uma criança, um professor, uma caneta e um livro
podem mudar o mundo”.*

Malala Yousafzai

3.1 A Pesquisa Científica

A busca pelo conhecimento é o que faz pessoas e países crescerem e se desenvolverem. Pesquisas têm levado ao avanço na medicina, na criação de tecnologias e no aprimoramento de mecanismos pedagógicos de ensino e aprendizagem. No entanto, essa busca tem nos levados a conhecer as múltiplas faces dos Ser Humano e dos problemas por ele causado, aumentando nosso fardo ao percebermos o quão somos responsáveis pelos problemas que estão presentes na sociedade. Conforme predisse Salomão, rei de Israel e pesquisador na antiguidade, “Apliquei o meu coração a conhecer a sabedoria e a conhecer a demência e as loucuras, e vim a saber que também isto era correr atrás do vento. Porque na muita sabedoria há muito enfado; e o que aumenta em conhecimento, aumenta em tristeza”. (ECLESIASTES, 1: 17-18).

Não há dúvida quanto à relevância da pesquisa para a produção de conhecimentos e sedimentação dos saberes. No Brasil, as universidades funcionam como uma espécie de laboratório no qual é produzida grande parte do conhecimento do país. Conforme Garcia (2015, p. 4) “De um modo geral, é na Universidade que o estudante passa a ter contato direto com o mundo científico e, assim sendo, são grandes as dificuldades encontradas pelos alunos para desenvolverem atividades de pesquisa em suas universidades”. Apesar das dificuldades naturalmente presentes no processo, os resultados obtidos tendem a ser satisfatórios.

É possível afirmar, também, que uma nação só será bem desenvolvida caso invista numa boa base educacional, bem como, atue como financiadora e incentivadora de pesquisas para a aquisição de conhecimento.

Além disso, é por meio da pesquisa que é possível analisar problemáticas complexas, questionar acontecimentos situacionais, atestar a viabilidade técnica da implantação de soluções para problemas já analisados, entre outros aspectos. Para Demo (2000, p. 20) “Pesquisa é entendida tanto como procedimento de fabricação do conhecimento, quanto como procedimento de aprendizagem (princípio científico e educativo), sendo parte integrante de todo processo reconstrutivo de conhecimento.” É na pesquisa que, por meio da coleta de dados randômicos, é possível processar esses dados gerando informações úteis que, mais tarde, poderão se transformar em conhecimento. Ademais, o ato de investigar parece ser algo íntimo do ser humano e guarda estreita relação com a curiosidade.

O Brasil possui grande potencial para produzir pesquisas acadêmicas. No entanto, carece de apoio governamental. Se por um lado, havendo ausência de apoio estatal para fomentar a pesquisa, o aluno perde na aquisição de conhecimento, por outro lado, o próprio país também perde nesse aspecto, já que deixa de produzir e de aumentar o seu acervo de saberes.

Além disso, comparando o Brasil com países europeus, por exemplo, nossa nação é caracterizada não apenas por ser subdesenvolvida economicamente, mas também, intelectualmente, muito por conta da carência de incentivos à pesquisa. Não é que os governos sejam totalmente silentes quanto à matéria em apreço. O problema é que a pesquisa não parece — para alguns governantes — ser objeto merecedor de maior atenção. O Brasil ainda vive muito de espelhamento em produções de países elitistas. Uma parte dos pesquisadores conhecidos no país não são, sequer, brasileiros. Ademais, nos últimos anos, tem-se presenciado um forte assédio por parte de países desenvolvidos a brasileiros que possuem notório saber técnico em alguma área do conhecimento. Outros enxergam melhores oportunidades no exterior e optam, por falta de perspectiva no Brasil, em emigrar para outros lugares, como os Estados Unidos da América ou a Europa.

3.2 Percorso Metodológico

Considerando que o tema do trabalho versa sobre a violência sofrida por docentes no ambiente escolar, optou-se por adotar uma pesquisa de caráter quali-quantitativo, dada sua capacidade em fornecer informações relevantes para aprofundar os conhecimentos acerca do fenômeno em apreço. Conforme Knechtel, essa modalidade de pesquisa “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)” (KNECHTEL, 2014, p. 106).

A pesquisa quali-quantitativa é aquela que preza pela análise do objeto ou fenômeno sem que haja interferência do pesquisador quando da observação. Esse tipo de pesquisa geralmente entrelaça dados numéricos e discursivos. O pesquisador pode utilizar em seu trabalho, por exemplo, um gráfico ou uma tabela para que haja uma compreensão mais sistematizada dos dados ali colocados, apresentar dados estatísticos e trabalhar com informações não numéricas, como a extração de informações de um questionário aberto, aplicando técnicas de análise de discurso ou de conteúdo.

Tendo em vista a complexidade do problema a ser analisado, entendeu-se ser necessário fazer contanto com docentes que sofreram ou testemunharam algum tipo de violência contra

outrem, no ambiente escolar. Por isso, como tipo de pesquisa, escolheu-se também a pesquisa de campo. Conforme Gonsalves:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...]. (GONSALVES, 2001, p.67).

Por meio da pesquisa de campo, foi possível apurar a percepção dos professores acerca das violências de que são vítimas. Dessa forma, o pesquisador conseguirá colher dados mais brutos, analisá-los e buscar compreendê-los por meio da reflexão, utilizando, tanto os dados colhidos na pesquisa quanto as informações elencadas no referencial teórico deste trabalho.

Com relação à dimensão investigativa, buscou-se adotar as modalidades exploratória e descritiva para o estudo do tema das violências contra os professores. A pesquisa de natureza descritiva, conforme Fontelles (et al, 2009, p. 6): “é aquela que visa apenas a observar, registrar e descrever as características de um determinado fenômeno ocorrido em uma amostra ou população, sem, no entanto, analisar o mérito de seu conteúdo”. É uma pesquisa fidedigna ao fenômeno manifesto, pois o pesquisador não atribui impressões pessoais e não interfere nos resultados.

Já a pesquisa de natureza exploratória, segundo Fontelles (et al, 2009, p. 6), “[...] visa a uma primeira aproximação do pesquisador com o tema, para torná-lo mais familiarizado com os fatos e fenômenos relacionados ao problema a ser estudado”. Nesse caso, parte-se do pressuposto de que o pesquisador conhece pouco acerca do assunto e pretende ter acesso a uma visão panorâmica sobre o fenômeno a ser observado.

Quando da análise do fenômeno da violência, o pesquisador deve verificar não somente o resultado das ações no momento em que ela ocorre com a vítima, mas também o pós-dano; as sequelas advindas da experiência não querida, mas vivida. Geralmente, um docente que sofreu violência no ambiente de trabalho tem dificuldades diversas. Seja no próprio trabalho, seja na vida extraescolar, os traumas tendem a perturbá-lo constantemente.

Como instrumento para coletar os dados da pesquisa, será adotada a ferramenta conhecida como questionário, contemplando sete quesitos abertos. Ele é importante para analisar esse fenômeno porque nos permite ser mais objetivo e prático na condução do trabalho, haja vista que as perguntas são preestabelecidas e direcionadas, embora haja uma margem de discricionariedade dada ao sujeito inquirido, além de permitir a ele que se mantenha anônimo em suas respostas, já que alguns tendem a se sentir desconfortáveis ao se exporem.

3.2.1 Perfil dos participantes da pesquisa.

Todos os participantes da pesquisa trabalham em escolas distintas e residem na zona urbana da cidade de Pombal-PB, constituindo uma amostra formada por três mulheres e um homem. A docente A possui idade de 44 anos, declara-se como sendo de cor parda, é casada; possui mestrado, informou encaixar-se na faixa de renda de até 3 mil reais mensais e ministra aula em escola pública municipal, na Educação Infantil.

A docente B possui idade de 46 anos, declara ter cor branca, é casada, possui mestrado, informou encaixar-se na faixa de renda de até 3 mil reais mensais e ministra aula em escola pública municipal, no Ensino Fundamental dos anos finais. Também já exerceu o cargo de diretora escolar em escola pública municipal.

A docente C possui idade de 31 anos, declara ser de cor parda, é casada, possui mestrado, informou encaixar-se na faixa de renda de até 3 mil reais mensais e ministra aulas em escola da rede privada, no Ensino Fundamental dos anos iniciais.

O docente D possui idade de 42 anos, declara ter cor parda, é casado, possui mestrado, informou encaixar-se na faixa de renda de até 5 mil reais e ministra aula em escolas da rede pública municipal, no ensino médio.

3.3 Processamento e análise dos dados coletados

Relativo ao processo de coleta de dados, o questionário foi aplicado via internet, considerando o cenário pandêmico no qual nos encontramos, ocasionado pela Covid-19. O arquivo, na extensão Docx (Word) contendo os quesitos foi enviado mediante a plataforma WhatsApp para os docentes.

Com relação ao método adotado para analisar os dados coletados do questionário, optou-se por utilizar a Análise de Conteúdo (AC). Conforme Bardin (2016), a AC pode ser compreendida como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens, indicadores (quantidade ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (BARDIN, 2016, p. 42).

Essa ferramenta possui três momentos a serem levados em consideração: a *pré-análise*, que consiste em ter um primeiro contato com os dados coletados durante a fase de pesquisa; a *exploração do material*, que consiste em esquematizar os dados que foram separados na

primeira etapa e categoriza-los usando critérios, por exemplo, de semelhança entre determinados dados fornecidos pelos entrevistados; o *tratamento dos resultados*, que se refere à validação dos dados por meio de reflexão e inferências que transcendam aquilo que foi observado nas etapas anteriores.

3.4 Local de aplicação da pesquisa

A pesquisa foi aplicada na cidade de Pombal, localizada no alto sertão do estado da Paraíba. Pombal é a quarta cidade mais antiga do estado nordestino (322 anos de fundação e 159 de emancipação). Conforme os dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), possui cerca de 32 mil habitantes e IDHM médio (0,634). Além disso, a cidade, berço do ilustre economista Celso Furtado, é bastante conhecida por ter e desenvolver uma boa educação no município, tendo conquistado algumas premiações e reconhecimento por organismos internacionais, como a conquista, em 2020, do Selo Unicef, que reconhece melhorias em várias áreas, sendo uma das principais o âmbito educacional.



Figura 1 - Vista do centro da cidade de Pombal-PB

4. CONCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES — ANÁLISES

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um questionário composto de sete (7) itens de respostas abertas, ou seja, de livre dissertação por parte de cada participante. Para tanto, convidamos quatro (4) educadores de diferentes escolas da cidade de Pombal-PB. Dessa forma, a investigação se fez com base em vinte e oito (28) respostas.

A sistemática adotada para analisar os dados consistiu, primeiramente, em organizar uma tabela para cada tema — originário de cada uma das sete perguntas presentes no questionário — e suas respectivas respostas por parte de cada docente. Em seguida, buscamos categorizar cada resposta, como se pode ver na terceira coluna de cada tabela cujo campo demos o nome de subtemas.

Na sequência, logo abaixo de cada tabela, buscamos discutir e refletir sobre as respostas à luz de autores presentes no aporte teórico deste trabalho. Antes, seguem abaixo alguns dados estatísticos os quais destacam as palavras ou expressões que mais apareceram nas respostas aos itens do questionário, considerando três eixos de observação, a saber: tipos de violência mais citados; fatores geradores de violência mais citados; formas de combate da violência mais citados.

No primeiro gráfico, ilustramos os tipos de violência mais citados nos discursos dos docentes participantes da pesquisa. Esse gráfico demonstra quais tipos de violência os docentes conhecem, experienciaram ou testemunharam durante sua vida profissional. Como se pode ver, a violência verbal aparece numa frequência de 28% nos discursos. As violências física e patrimonial aparecem logo em seguida, com 16%, cada. Outras formas somam 20%.

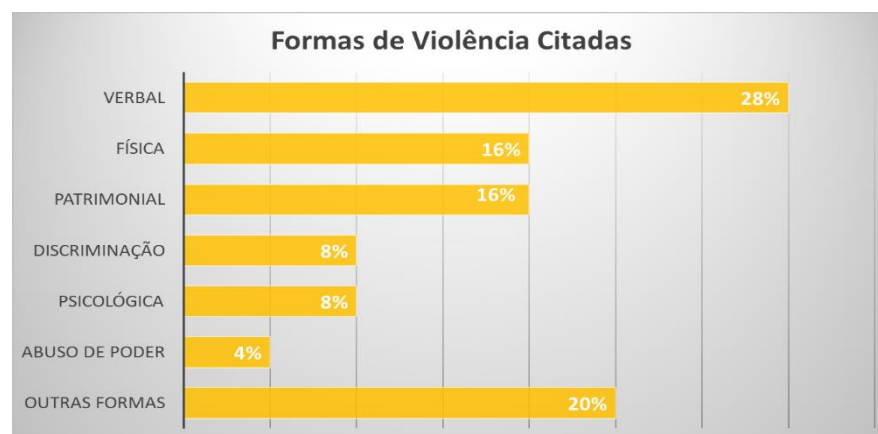


Figura 2: Formas de violência citadas pelos participantes.

No segundo gráfico, buscamos ilustrar os fatores geradores de violência mais citados, de acordo com a percepção dos docentes. Os fatores sociais aparecem com 31,25% e dizem respeito às relações conflitantes que se formam no seio social e que possuem o poder de transformar ações e atos em geradores de violência, tais como más companhias, altas taxas de criminalidade na localidade onde reside o aluno, bem como ser o próprio aluno vítima de violências dentro do espaço escolar, enquanto família “desestruturada” soma 18,75%.



Figura 3: Fatores geradores de violência citados pelos participantes.

O terceiro gráfico representa as formas de combate da violência que mais aparecem nos discursos dos docentes. Como se pode ver, o diálogo representa 29,41% e é a forma de enfrentamento do problema que mais é citada, seguida de reuniões entre pais e professores e campanhas de conscientização, que somam 23,52%, cada, incluída a disseminação da chamada cultura de paz nas escolas. Há também um registro de proteção aos docentes, os quais entendemos ser no sentido de criação de mecanismos legais e de procedimentos administrativos para a implantação dessas medidas protetivas e de respeito à figura do docente.

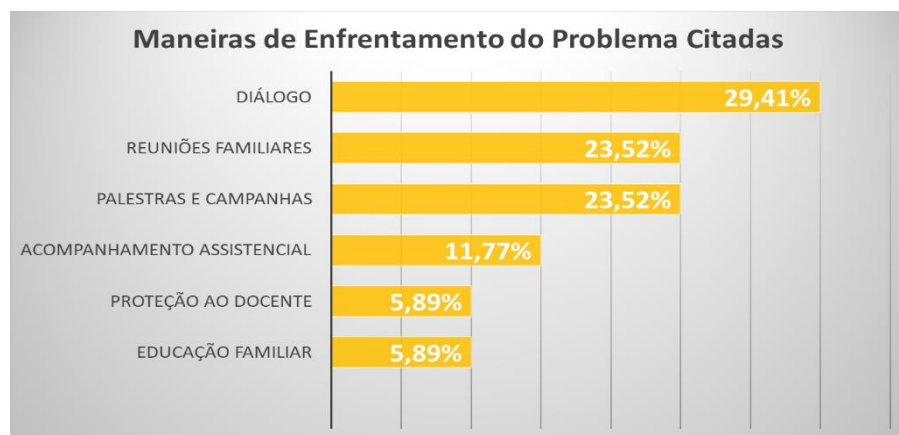


Figura 4: Formas de combate à violência citada pelos participantes.

4. 1 Resultados e discussões

Para uma melhor compreensão geral dos dados coletados, buscamos organizá-los em grelha, de modo a facilitar a sistematização visual e de discussão dos resultados colhidos. Dessa forma, cada quesito do questionário foi transformado em um tema para cada tabela logo abaixo. Às expressões que mais apareceram nos discursos dos docentes, demos o nome de subtema. Buscamos discutir os dados analisando cada resposta dada por cada docente, confrontando-a com as respostas dos demais docentes (quando possível) e com o referencial teórico que embasa esta pesquisa.

TEMA 1: Conceituações Sobre Violência Na Escola.

EDUCADORES	RESPOSTA	SUBTEMAS
DOCENTE A	São atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por entre a comunidade escolar.	Comportamentos agressivos; Outros tipos de violência; Conflitos interpessoais; Dano ao patrimônio; Atos criminosos; Marginalização; Discriminação;
DOCENTE B	São todos os tipos de violências que acontecem dentro do âmbito escolar, sejam estas de cunho verbal, danos ao patrimônio, conflitos pessoais entre outros.	Todos os tipos de violência; Conflitos interpessoais; Dano ao patrimônio; Violência verbal.
DOCENTE C	Violência é agressão física, verbal, psicológica e outras formas de atacar outras pessoas.	Outros tipos de violência; Agressão psicológica; Agressão verbal; Agressão física.
DOCENTE D	É toda forma de ofender algo ou alguém, não apenas no aspecto físico. Hoje existem muitas formas de violência.	Outros tipos de violência; Violência verbal; Violência física.

Quadro 1 – Conceituações Sobre Violência

Num primeiro momento, os participantes foram inquiridos acerca do que sabiam ou conheciam sobre violência na escola. Como podemos notar, os quatro docentes demonstram certo conhecimento acerca do assunto e seguem numa mesma linha de raciocínio acerca do que vem a ser o fenômeno da violência escolar.

Sobre a *Docente A*, percebe-se que este apresenta uma ampla visão do fenômeno, destacando a violência patrimonial, a discriminação, os conflitos interpessoais e os comportamentos agressivos como algumas das formas de manifestação do fenômeno. Essa visão ampla denuncia as múltiplas faces do fenômeno, pois como afirma Abramovay: “a violência não constitui fenômeno novo na sociedade, apresentando-se de forma complexa e diversificada” (ABRAMOVAY, 2015, p. 7). A esse respeito, torna-se interessante também destacar o que afirma Peçanha (2010, p.2), para quem: “a análise do fenômeno da violência deve partir do reconhecimento da sua complexidade, abarcando tanto a existência de múltiplas formas de violência, como suas diferenças qualitativas [...]”.

Essas múltiplas facetas se seguem quando analisamos o discurso dos *Docentes B, C e D*, os quais destacam também a violência física, a verbal e a psicológica. Aliás, as violências física e verbal são as que mais aparecem nos discursos dos docentes, o que vai ao encontro do que afirma uma pesquisa realizada em São Paulo que aponta que “mais da metade dos docentes da rede estadual de ensino afirmam já ter sofrido algum tipo de agressão, sendo a mais comum a agressão verbal, com 44%” (NOVA ESCOLA, 2019). Nas falas dos participantes da nossa pesquisa, nota-se que 60% das violências mencionadas se referem à física, à verbal e à patrimonial.

Dada a exposição dos dados acima, podemos afirmar que os docentes têm buscado se inteirar acerca das formas de violência, pois demonstram um certo grau de conhecimento acerca da amplitude e das múltiplas faces do fenômeno. Afinal, como se perceberá mais adiante, alguns deles já sofreram ou testemunharam outros colegas serem vítimas de alguma dessas formas de violência mencionadas.

Merece destaque ainda a questão da marginalização citada pela *Docente A*. Para entendermos esse aspecto, precisamos analisá-lo à luz de outros fenômenos, como a exclusão escolar e social. Marques destaca que a marginalização:

Está relacionada com a evasão de alunos da escola. As causas são diversas, entre elas: falta de transporte escolar ou responsável para acompanhar o aluno até a instituição, situação econômica da família, falta de interesse por descontextualização do conteúdo com a realidade vivida pelo aluno (MARQUES, 2021).

As condições sociais e econômicas, bem como as relações sociais que o aluno estabelece no seu cotidiano, são fatores que contribuem para a grande evasão escolar presente quase que exclusivamente nas escolas públicas do Brasil. As más condições de habitação e sobrevivência deste aluno, a migração e formação de conglomerados habitacionais em locais periféricos e com baixa visibilidade pelo poder público, alinhada a uma realidade violenta que possui como potencializadores famílias desconjuntadas e o próprio crime organizado, fazem com que este cresça e esteja diuturnamente em constante contato com situações de degradação humana, pois como afirma Marques (2021): “desse modo, todo um conjunto de relações se desenvolve em torno da distinção e da separação de sujeitos em grupos diferentes e sobrepostos, portanto, hierarquicamente desiguais”. É essa hierarquização humana, baseada tanto nas condições econômicas, de habitação e sociais, um dos fatores que provoca a marginalização do aluno.

TEMA 2: Ocorrência De Violência Contra Si No Exercício Da Profissão.

EDUCADORES	RESPOSTAS	SUBTEMAS
DOCENTE A	Não.	Ausência.
DOCENTE B	Sim. Em determinadas situações, principalmente quando um gestor escolar tem que tomar atitudes em nome do bom funcionamento da instituição, ele acaba sendo alvo de muitas críticas e agressões verbais. Porém devemos ser consciência do nosso papel e relevar as agressões.	Decisões que desagradam alunos; Agressões físicas; Agressões verbais.
DOCENTE C	Sim, já fui xingada por um aluno numa escola que trabalhei.	Agressão verbal.
DOCENTE D	Uma vez um aluno partiu para cima de mim e de uma colega de trabalho para nos bater. Também já tive colegas que tiveram o carro arranhado.	Dano ao patrimônio; Agressões físicas.

Quadro 2 – Ocorrência de Violência Contra Si

No segundo tema, buscamos organizar as falas dos participantes considerando a ocorrência ou ausência de violência por eles sofrida. Vê-se que três deles afirmaram ter sofrido algum tipo de violação no exercício de sua profissão.

Ao passo que a *Docente A* negou ter tido contato com o fenômeno, na condição de vítima, os *Docentes B, C e D*, reconheceram ter passado por episódios de violência. Com relação à *Docente B*, destacamos sua condição, à época dos fatos, de gestor de uma escola municipal. O fato de ser diretor(a) tem deixado, muitas vezes, o gestor em condições desconfortáveis quando tem de punir um aluno agressor, principalmente se este possuir histórico de agressões ou estiver ligado a grupos criminosos de fora da escola.

Sobre isso, Oliveira (2014) relembra dois depoimentos dados por professores que haviam testemunhado o receio de alguns gestores em repreender alunos violentos: [o aluno] “participava de uma gangue e a diretora disse que não teria coragem de punir o aluno”; “o diretor da escola não tinha autonomia, apresentava medo de sofrer represália” (OLIVEIRA, 2014, p. 38). Quando escolhe agir, em prol do bom funcionamento da escola, o gestor geralmente acaba entrando em contenda com os alunos ou seus familiares. A *Docente B* deixa transparecer que isso se materializou na sua vida por meio da violência verbal, como se constata no quadro acima.

Esse docente ainda destaca um fator importante: não se calar e denunciar as agressões. Conforme Odália (2004 apud MARCELINO; GALVÃO; MARTINS, 2017, p. 17), “muitas vezes ‘deixamos passar’ muitas atitudes que não consideramos atos de violência e assim temos a impressão de que faz parte da rotina. Encaramos como algo ‘natural’ e deixamos ‘pra lá’. A postura do gestor ou do docente não pode consistir em se calar, mas revelar o fato às autoridades competentes. Por isso, mecanismos de proteção e canais de denúncia podem vir a ser um importante aliado da classe educadora no registro de ocorrência de violências no âmbito escolar.

Os *Docentes C e D* também afirmam terem sido vítimas das clássicas violências que se manifestam no âmbito escolar: física e verbal. Juntas, ambas aparecem em cerca de 44% dos tipos de violência citadas pelos participantes, como se viu anteriormente no primeiro gráfico. Isso vai ao encontro do que afirmam Soares e Machado (2019, p. 6), os quais aduzem que “em relação aos atos de violência ocorridos entre professores e alunos, em maior ocorrência estão a agressão física, verbal e psicológica, através de xingamentos e ameaças”. As violências física e verbal são, portanto, as formas mais comuns, ao lado da violência psicológica, patrimonial e simbólica, quando as vítimas são os docentes.

Com relação à violência patrimonial, são comuns cenas como alunos arranhando os carros dos educadores, furando ou secando pneus, além pequenos furtos à bolsa ou à mochila da (o) educador (a).

TEMA 3: Constatação De Violência Contra Colegas De Trabalho.

EDUCADORES	RESPOSTAS	SUBTEMAS
DOCENTE A	Sim, abuso de poder do diretor com o professor.	Abuso de poder.
DOCENTE B	Sim, presenciei, várias. Agressão verbal entre aluno e professor é quase que uma constante no ambiente escolar.	Agressão verbal entre aluno e docente; Agressão verbal como uma constante na escola.
DOCENTE C	Nunca presenciei, mas já ouvi relatos de professores que já foram agredidos na escola.	Não presenciou, mas já ouviu falar.
DOCENTE D	Sim. Já trabalhei em algumas escolas onde existiam muitos casos de violência. Também teve relato de colegas que precisaram chamar a polícia porque estavam sendo ameaçados até pelos familiares dos alunos.	Presença da polícia na escola. Muitos casos de violência; Ameaças.

Quadro 3 – Ocorrência de Violência Contra Colegas

O terceiro tema nasceu da necessidade em investigarmos se os participantes haviam testemunhado alguma vez algum tipo de violência contra colegas de trabalho. A *Docente C* afirmou não ter presenciado, mas já ter ouvido falar de colegas agredidos. A *Docente A* destacou o problema do abuso de poder, que podemos relacionar com a violência simbólica. Esse abuso de poder que recai sobre os professores, entendemos advir das hierarquias presentes na administração dos órgãos públicos, sobretudo entre professores e gestores, e se materializam em assédio moral ou abuso de autoridade. Além disso, nessa equação também estão presentes questões como disputas pessoais, conflitos por reconhecimento e ascensão, conflitos da vida privada e de tempos passados, divergências de opiniões, entre diversos outros pontos. Conforme estabelece Melo:

É muito complicado para o profissional estar numa relação de trabalho, em que o clima é de perseguição e a todo o momento o profissional é molestado; questionado de forma arbitrária; agredido de qualquer maneira; proibindo-se os colegas de falar com a pessoa, ameaçando-o inclusive de ser transferido ou demitido do trabalho, obtendo com isso o seu isolamento do convívio com os colegas. Cria-se assim um ambiente intimidatório, hostil, degradante e ofensivo. É subumano para o profissional em educação, trabalhar em um contexto que o desestabiliza emocionalmente. Profissionais que dependem diretamente de sua saúde mental para poder exercer sua

profissão em sala de aula. Seu corpo é o seu instrumento de trabalho. (MELO, 2017, p. 9).

De fato, o assédio moral deixa o docente isolado, doente, sem perspectivas. Geralmente o abuso de poder vem atrelado a ameaças ou ridicularizações na frente de colegas de trabalho, o que faz com que o docente se sinta ainda mais fragilizado.

Os *Docentes B e D* afirmaram ter testemunhado a violência verbal, a qual, como já fora demonstrado nesta e noutras pesquisas, tem se mostrado a mais comum no ambiente escolar. Noronha e Oliveira (2019, p. 4) afirmam que “diante do aumento no número de casos de violência contra o professor, se torna cada vez mais comum ver notícias sobre professores que foram agredidos fisicamente ou sofreram algum tipo de ameaça de alunos e pelos pais dos alunos”, dando mais um indício de que estas são as violências que mais existem nas escolas brasileiras.

TEMA 4: Segurança No Ambiente Escolar De Trabalho.

EDUCADORES	RESPOSTAS	SUBTEMAS
DOCENTE A	Sim, é um ambiente tranquilo.	Escola tranquila.
DOCENTE B	“Sim”. Estamos sempre expostas as conclusões dos outros colegas, das famílias dos alunos, enfim da própria sociedade. Mas me sinto segura.	Ambiente vulnerável.
DOCENTE C	Sim. Porque a escola que trabalho hoje é bem tranquila.	Escola tranquila.
DOCENTE D	Depende da escola. Hoje eu trabalho numa escola boa. Mas já trabalhei em escolas onde o trabalho era muito difícil. Principalmente escolas de alguns bairros perigosos.	Há escolas tranquilas; Há escolas conflituosas; Bairros perigosos.

Quadro 4 – Segurança no Ambiente Escola Onde Trabalha

O quarto tema diz respeito à percepção de segurança no ambiente escolar no qual os educadores desempenham suas funções. Quanto a isso, nota-se que tanto a *Docente A* quanto a *C* consideram seu local de trabalho como sendo tranquilo. Essa “tranquilidade” precisa ser analisada, porém, à luz de dois fatores: localização da escola e tamanho geográfico da cidade na qual os participantes residem e/ou trabalham. Segundo os dados demográficos de 2010 do IBGE, a cidade de Pombal-PB possui cerca de 59 mil habitantes, sendo considerada uma cidade

“pequena”, ao passo que a escola onde esses dois docentes trabalham estão localizadas no centro da cidade, nas proximidades de órgãos públicos de segurança.

O alto índice de habitantes em uma localidade, quando alinhada a outros fatores de ordem econômica, cultural e social, são aspectos que produzem violência, pois conforme preleciona Oliveira e Fliz (2014, p. 167), a “demografia urbana, devido ao crescimento das taxas de natalidade e expansão urbana desordenada causando grandes aglomerados urbanos” fazem parte desses fatos geradores de violência.

Já Pontes e Cruz (2010 apud PERES, 2016, p. 20) afirma que, em se tratando de localidade, “a escola é o local de maior convergência popular em um bairro, fazendo desse ambiente um espelho das relações sociais do bairro, logo, se o bairro apresenta um elevado índice de violência, a escola acaba levando para seu interior os problemas constituintes desse bairro”.

Dessa forma, considerando que a cidade de Pomba-PB é relativamente pequena e, mais ainda, que as escolas onde as *Docentes A* e *C* atuam se encontram em locais cuja violência vê-se inibida, sobretudo, pela presença ostensiva de instituições e agentes de segurança pública, diuturnamente, é natural que suas percepções sejam de que essas escolas possuam um ambiente mais tranquilo, com baixa incidência de casos de violência.

No entanto, a *Docente B* assevera que a escola na qual trabalha é vulnerável. Isso ocorre porque tal escola está inserida em um bairro marcado pela criminalidade e por episódios de violência e tráfico de drogas. Uma parte dos alunos que frequentam essa escola possuem histórico de serem problemáticos, o que diminui, inclusive, o poder de autoridade dos docentes dessa instituição.

A este respeito, com base na pesquisa e nas hipóteses levantadas por Gomes, Piccirillo e Oliveira, eles aduzem que:

A primeira hipótese testada foi a de que quanto mais expostos à violência no bairro, menos os adolescentes legitimariam os professores. Essa hipótese foi confirmada mostrando que um ambiente marcado por conflitos pode prejudicar as relações entre adolescente e autoridades, mesmo autoridades não relacionadas à esfera legal, como é o caso dos professores. (GOMES; PICCIRILLO; OLIVEIRA, 2019, p. 169).

Como podemos ver, à medida que uma escola vai sendo inserida cada vez mais no interior de um bairro conflitante, a autoridade do professor vai sendo minada, dando lugar ao desrespeito e a vulnerabilidade por parte desses profissionais.

O *Docente D* deixa transparecer que na cidade de Pombal existem tanto escolas tranquilas, evidenciadas pelas *Docentes A* e *C* quanto escolas vulneráveis, evidenciada pela *Docente B*.

TEMA 5: Fatores Geradores De Comportamentos Agressivos.

EDUCADORES	RESPOSTAS	SUBTEMAS
DOCENTE A	O ensino é complicado “pela falta de limites, pelas condutas inadequadas, pelo desrespeito às figuras de autoridade, pelas depredações, pelos danos ao patrimônio público, dentre outros.	Falta de limites; Condutas inadequadas; Autoridade do professor; Depredações; Desrespeito; Danos ao patrimônio; Outros fatores.
DOCENTE B	Os fatores são muito diversos, porém na minha concepção o que mais contribui é o social.	Fatores sociais.
DOCENTE C	Se o aluno tem uma família desestruturada e não tem boas companhias, isso pode contribuir para que ele se torne mais violento. Também tem os jogos e as séries que muitas vezes são inapropriadas para muitas faixas etárias. Os pais precisam estar sempre atentos com isso também.	Família desestruturada; Ausência de boas companhias; Jogos e séries inapropriadas; Ausência dos pais.
DOCENTE D	Família, sociedade, criminalidade, jogos, entre outros.	Família; Sociedade; Criminalidade; Jogos; Outros fatores.

Quadro 5 – Fatores Geradores de Violência

Sobre o tema cinco, buscamos analisar quais são os principais fatores apontados pelos docentes como geradores de violência. Do discurso da *Docente A*, destaca-se o desrespeito e falta de limites como fatores que produzem um ambiente escolar violento.

O desrespeito pode ser entendido como sendo toda e qualquer atitude que ridicularize ou constranja o educador. Nas escolas particulares, por exemplo, vemos esse tipo de violência

baseada na relação aluno-cliente, na qual o aluno, por ser parte importante do capital financeiro da instituição, encontra-se muitas vezes em patamar econômico bem mais elevado que o do professor. Dessa desigualdade, são comuns os casos de humilhação.

De acordo com Oliveira (2014, p.14), “o corpo docente, em seus relatos, vem destacando que a violência, principalmente o desrespeito, é uma constante no meio escolar”.

Um professor entrevistado por Oliveira destaca que:

Na realidade, o desrespeito com o professor ocorre quase que diariamente. Muitos nos chamam de incompetentes, ‘mangam’ [riem] de nossas roupas, discriminam por causa da idade, se nos encontram em lojas, rua ou shopping, fazem que não nos conhecem, gritam conosco em sala de aula; de diversas maneiras somos agredidos no nosso dia a dia.” (OLIVEIRA, 2014, p. 29).

As agressões físicas, verbais e o desrespeito são atitudes e ações que se manifestam constantemente no cotidiano dos docentes no Brasil. Essa realidade tem estado relacionada, entre outros fatores, a chamada falta de limites por parte dos discentes, cujo fio de proveniência parece estar ligado aos lares, mais precisamente ao convívio familiar conflitante enfrentado por estes alunos. De acordo com Oliveira:

Na maioria dos casos, o aluno reproduz na sala de aula aquilo que vive em sua própria casa, no convívio com a família e nas ruas. Há, de modo geral, uma crescente banalização da má educação, uma ausência de consciência de *limites*, uma violência instalada nos lares” (OLIVEIRA, 2014, p. 32).

A ausência de limites, ocasionada pela má educação familiar, faz com que ecloda dentro da escola o desrespeito exacerbado perante a figura do educador.

Aliás, tal qual a *Docente A*, os *Docentes C e D* também destacam a família como sendo uma das responsáveis pelo crescimento da violência escolar. Para tanto, Carvalho (2010, p. 11) destaca que “a família é uma peça fundamental nesse intrincado problema, uma vez que a família desestruturada gera pessoas problemáticas para a convivência social e escolar”. Há que se fazer uma ressalva quanto ao termo “desestruturada”. Há quem defenda que tal expressão não é correta, tendo em vista que, a partir do momento em que se classifica uma família como sendo desestruturada, parte-se do pressuposto de que existe um padrão, uma estrutura familiar que serve como parâmetro para a formação de famílias na sociedade.

Dessa forma, ao mencionar a expressão “família desestruturada”, esta não pode ser levada ao pé da letra, mas entendida como sendo uma família conflitante, na qual, em seu seio ocorrem diversos problemas como a violência doméstica, a ausência parental na vida dos filhos e a vulnerabilidade socioeconômica.

Outro aspecto que merece destaque na fala dos docentes diz respeito ao entretenimento, sobretudo os jogos e demais conteúdos televisivos. Quanto a isso, Rosa; Vargas; Silva (2019, p. 8) destacam na conclusão de sua pesquisa que “atualmente preocupa-nos o uso indiscriminado das mídias que são disponibilizadas a todas as pessoas, especialmente às crianças. Os reflexos também são vistos na vida escolar”. Elas citam como exemplo o massacre ocorrido na escola de Suzano-SP, destacando que:

Nos noticiários falava-se que o crime teria entre outras motivações o uso excessivo de jogos violentos. Conforme matéria no site da Folha à época, de acordo com testemunhas, entre os jogos favoritos dos atiradores estavam “Call of Duty” e “Counter Strike” que divide os jogadores em times de terroristas e policiais. A polícia encontrou anotações com táticas do jogo no carro dos jovens que invadiram a escola (ROSA; VARGAS; SILVA. 2019, p. 5).

Esse fatídico episódio deixou um rastro de sangue na história do Brasil, pois vitimou cerca de 19 pessoas, sendo 8 mortos e 11 feridos, entre eles duas professoras. Por isso, ainda que não seja uma regra os jogos estimularem pessoas a comportamentos violentos, e, ainda que muitos desses entretenimentos possam encontrar aplicabilidade pedagógica para o ensino e a aprendizagem, havendo predisposição psicológica, é certo que os jogos e demais entretenimentos podem funcionar como gatilhos mentais para aflorar comportamentos agressivos, violentos e homicidas como os inúmeros casos já atestados no Brasil e no mundo.

TEMA 6: Atuação Da Escola Em Casos De Violência.

EDUCADORES	RESPSOTAS	SUBTEMAS
DOCENTE A	Trabalhamos com parceria com o conselho tutelar, mas até o momento não enfrentamos situações graves.	Conselho Tutela.
DOCENTE B	Atualmente, a escola em que atuo, procura dialogar com as crianças e as famílias mostrando sempre o lado negativo de resolver os problemas usando como meio, a violência. Incentiva sempre o diálogo entre ambas as partes.	Diálogo Reuniões
DOCENTE C	A gente sempre faz reuniões com os pais para discutir sobre a vida do aluno. Mas as vezes não adianta muito porque muitos nem acompanham os filhos ou não comparecem nas reuniões.	Reuniões Diálogo Discussões sobre a vida escolar do aluno.

DOCENTE D	Com conversa com a família e os alunos. Temos palestras com o pessoal do conselho tutelar, a polícia militar e outros interessados que queiram abordar o assunto.	Diálogo; Palestras com órgãos públicos.
-----------	---	--

Quadro 6 – Postura da Escola Sobre Episódios de Violência

O sexto tema está relacionado ao *modus operandi* da escola dos participantes quando estão diante de situações de violência.

A *Docente A* destaca a importância da parceria entre escola e Conselho Tutelar. Essa instituição trabalha no sentido de proteger e fazer valer os direitos das crianças e dos adolescentes mediante fiscalização e orientação. A atuação dessa importante instituição é de suma importância para a resolução de problemas como a violência contra os docentes, haja vista que muitas vezes o caso é tão grave que precisa da presença de outros órgãos, como a polícia e o poder judiciário. Dessa forma, cabe ao Conselho Tutelar fazer essa articulação.

Nos discursos dos *Docentes B, C e D*, percebe-se que há grande enfoque nas reuniões e na dialogicidade. Essas duas formas de enfrentamento do problema aparecem em cerca de 76% das falas dos participantes. Conforme uma pesquisa elaborada por Matos e Viana: [...] “a maioria respondeu que o diálogo é a base de tudo, procuram conhecer a vida familiar do aluno, a escola promove palestras para o assunto, trabalhando o relacionamento interpessoal, trabalhar questões sobre a afetividade e outros” (MATOS; VIANA, 2012, p. 11).

O diálogo é sem dúvidas a melhor maneira de minimizar os problemas gerados pela violência contra os docentes no ambiente escolar. No entanto, este deve, inicialmente, começar nos lares dos discentes, sendo entonado na escola por meio de reuniões, palestras antiviolença, acompanhamento escolar e chamamento dos pais à participação na vida escolar dos alunos. Além disso, é preciso adotar mecanismos de defesa social. Uma boa alternativa diz respeito às patrulhas escolares, destacamentos de polícia comunitária que faz a segurança de zonas escolares e periféricas. Sobre as patrulhas escolas, Padilha afirma:

A principal função da Patrulha Escolar é a prevenção, ficando em segundo plano a repressão a crimes e atos infracionais. A Patrulha Escolar tem o dever de atender as solicitações dos senhores diretores de entidades de ensino, exercendo o patrulhamento no âmbito das respectivas escolas encetando as diligências necessárias no sentido de coibir a prática de atos ilícitos. (PADILHA, 2003, p. 11).

O problema é que para a implantação desse sistema, é necessário investimentos de grande porte, tanto em treinamento específico quanto na abertura de vagas mediante concurso público para as forças de segurança, o que torna a medida um tanto onerosa para os estados.

Alguns municípios têm delegado essa função às Guardas Municipais (GCM), mas percebe-se que apenas grandes municípios possuem tais condições.

TEMA 7: Medidas Que Poderiam Ser Adotadas Para Evitar ou Promover o Enfrentamento Da Violência Contra Docentes No Ambiente Escolar.

EDUCADORES	RESPOSTAS	SUBTEMAS
DOCENTE A	Fazendo um trabalho voltado para as famílias.	Parceria com a família.
DOCENTE B	Campanha de conscientização na comunidade escolar e fora dela.	Campanhas de conscientização.
DOCENTE C	A educação vem de casa e os pais precisam ajudar a escola nesse processo de educar os alunos. É importante dialogar e acompanhar principalmente esses alunos mais complicados.	Educação familiar; Diálogo; Acompanhamento de alunos.
DOCENTE D	O diálogo sempre é o melhor caminho. É preciso que a escola chame os pais para conversar sobre cada aluno. Ter campanhas que promovam a cultura de paz nas escolas e, também, medidas que protejam nossa classe profissional dentro e fora da escola.	Diálogo; Parceria com os pais; Campanhas de conscientização; Promoção da Cultura de paz nas escolas; Proteção dos docentes.

Quadro 7 – Medidas de Enfrentamento Da Violência

Por fim, no último tema tratamos de perspectivas e alternativas que os docentes participantes apontam para o enfrentamento da violência contra professores no ambiente escolar. A *Docente A* destaca a importância em se estabelecer um laço de parceria entre a escola e a família. Essa parceria perpassa, sobretudo, pela necessidade em se trazer os pais para vivenciarem um pouco mais a vida escolar dos filhos.

Sobre essa questão, Silva (2018) destaca como uma das formas de prevenção da violência,

[a] integração da escola com a família e a comunidade: através de festas, encontros, disponibilidade de espaço para lazer, recreação, esporte, momentos culturais; abertura da escola nos finais de semana; participação e contribuição da família na vida escolar

do filho e no ambiente escolar; aproximar-se da família e oportunizar seu resgate. (SILVA, 2018, p. 19).

Quando a *Docente A* argumenta no sentido de se fazer um trabalho voltado para as famílias, ele acaba por colocar em evidência um fato recorrente que existe em algumas escolas do Brasil: a ínfima participação dos pais. Para que se possa tratar de temáticas tão delicadas como é o caso da violência contra docentes no ambiente escolar, é necessário entender em que contexto social e familiar se encontram os alunos. Por isso, a aproximação da família, integrando-a às vivências da instituição e suas relações com a comunidade na qual está localizada é fator primordial.

De igual modo, as *Docentes B e C* acenam para a necessidade de se implantar cada vez mais campanhas de conscientização e palestras para que se estabeleça diálogos entre a escola, os alunos, as famílias, os órgãos públicos e a comunidade em geral. Afinal, a própria Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205, *caput*, assevera que “a educação é direito de todos e dever do Estado e das famílias, sendo promovida em consonância com a participação da comunidade para o pleno exercício da cidadania e formação para o trabalho “(BRASIL, 1988).

No entanto, sabemos que apenas o diálogo e as boas intenções não são suficientes para tratar de um tema tão complexo como é o caso da violência contra os docentes. Nesse contexto, o *Docente D* nos lembra da necessidade em se desenvolver e implementar mecanismos de proteção para os docentes, haja vista que, ainda que se tenha uma boa base educacional, nenhuma sociedade está isenta da violência, que consegue transpor até as barreiras culturais mais solidas e humanas existentes.

Uma das alternativas para a implantação desses mecanismos de proteção tem sido a adoção de Projetos de Lei (PL) visando aplicar sanções contra alunos que agridam educadores, como o Projeto De Lei Federal nº 1.125/19. Esse PL, de autoria do deputado federal Otto Alencar Filho (PSD-BA), está sendo analisado por comissão especial formada no âmbito da Câmara dos Deputados. Ele tem como finalidade acrescentar o artigo 53-A ao Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), com vistas a responsabilizar, especificamente, estudantes adolescentes por atos de violência contra docentes. Conforme a redação do artigo 53-A e seus dois parágrafos:

É dever do adolescente, estudante, respeitar a autoridade do professor e zelar pelo cumprimento do código de conduta da instituição de ensino. § 1º. Caso comprovado ato de violência contra o Profissional do Ensino que importe em dano material, físico ou moral sujeitará o adolescente às penalidades previstas pela instituição de ensino. §2º Na hipótese de reincidência ou quando resultar em lesão grave ficará a instituição

de ensino responsável a comunicar de imediato os seus responsáveis legais e ao encaminhamento do adolescente a autoridade judiciária competente para as devidas providências e aplicação das medidas socioeducativas.” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Conforme o parágrafo primeiro, será penalizado o estudante adolescente que cometer algum ato de violência contra o educador, respondendo este de acordo com o que dispuser a instituição de ensino à qual estiver ligado. Esse dispositivo nos parece um tanto redundante, pois o estudante agressor já responde pelos atos praticados, conforme a escola lhe impõe a sanção. Ele não faz nascer no ordenamento jurídico algo novo.

O parágrafo segundo afirma que o estudante será encaminhado à autoridade judiciária (possivelmente um juiz especializado, atuando na vara da infância e juventude) para que “providências” e medidas socioeducativas sejam aplicadas ao infrator. Ambos os parágrafos deste PL não acrescentam significativos avanços no enfrentamento ao problema aqui discutido. Aparece ser apenas uma espécie de procedimento protocolar trivial.

Outro PL é o Projeto De Lei Federal nº 6277/19. Mais um PL de alcance nacional, ele é de autoria do deputado federal Ubiratan Sanderson (PSL-RS), e tem como objetivo alterar o Código Penal, acrescentando uma causa de pena ao crime de lesão corporal. Esse PL passou pela comissão específica para a sua análise e seu processo legislativo segue em andamento. O objetivo é acrescentar ao artigo 129, do Código Penal o parágrafo 13 a seguinte redação: “Aplica-se a pena em dobro se o crime for cometido contra profissionais da educação, professores ou agentes vinculados ao sistema educacional brasileiro, em virtude do exercício de suas funções” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2019).

Hoje, a pena prevista no caput do artigo 129, Código Penal Brasileiro é de 3 meses a um ano, em regime de detenção. Nesse caso, a pena seria majorada (6 meses a 2 anos). Embora seja uma pequena alteração, ela faz total sentido, ainda mais se considerarmos que em grande parte das vezes em que o educador é vítima de violência, ela é de ordem física ou verbal.

No entanto, esse parágrafo somente poderia ser aplicado ao estudante maior de idade, já que conforme no ensina Rogério Greco, os menores de 18 anos são considerados, para fins penais, inimputáveis e, portanto, não possuem a capacidade de cometer crime e receber pena (GRECO, 2015). O ordenamento jurídico brasileiro e a doutrina majoritária adotam o critério biopsicológico para responsabilização criminal. Ou seja, para responder por um crime, o indivíduo precisa ser mentalmente são e ser maior de dezoito anos. Sendo assim, o PL alcançaria apenas uma parte dos infratores, ficando os adolescentes, que são os que mais estão envolvidos em episódios de violência na escola, inalcançáveis por essa alteração legislativa.

Outra importante iniciativa, o Programa Nacional de Prevenção À Violência Contra Educadores (PNAVE) é uma proposta de criação de um programa de prevenção que vise proteger os docentes da violência no ambiente escolar. De acordo com Oliveira, “o texto prevê medidas punitivas, como o afastamento temporário ou definitivo do aluno ou funcionário violento, ou a transferência do aluno infrator, assim como a licença remunerada do educador que estiver em risco” (OLIVEIRA, 2014, p. 25). Hoje, a legislação segue no sentido de que licenças para tratar de assuntos particulares deva ocorrer sem remuneração.

São apontados como medidas a serem tomadas a questão das campanhas educativas, seminários, palestras, afastamento do aluno agressivo ou afastamento remunerado do docente, dentre outras. Essa proposta foi criada no âmbito da Câmara dos Deputados, mas atualmente seu processo se encontra parado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, destaca-se que a violência contra os docentes no ambiente escolar tem se mostrado um problema bastante grave e caro para a Administração Pública, que investe em concursos públicos para a área da educação, mas em pouco tempo vê uma parte considerável de professoras e professores deixarem seus postos em virtude de ataques pessoais, físicos e verbais, dentro da sala de aula, perdendo, assim, muitos educadores talentosos.

Comumente o Estado precisa arcar com aposentadorias e indenizações a esses profissionais, inflando a já defasada Previdência Social do País, e ao mesmo tempo, buscar maneiras de reduzir o déficit de docentes nas instituições de ensino.

Os prejuízos, no entanto, não são apenas financeiros, mas principalmente psicológicos. Temos cada vez mais professoras e professores adoecidos em virtude daquilo que enfrentam no ambiente de trabalho: alunos indisciplinados, agressões físicas e verbais constantes, assédio moral, ameaças e abuso de poder por parte de gestores. São profissionais esquecidos, com remunerações defasadas e relegados a um futuro sem perspectivas, tendo, muitas vezes, de trabalhar em até três instituições para, materialmente, alcançarem um ideal mínimo de dignidade humana.

Num passado não muito distante, esse profissional já fora mais respeitado. Hoje, porém, ao lado de outras profissões igualmente esquecidas pelo poder público, como policiais, garis e vendedores ambulantes, o docente está à deriva, quase perdendo totalmente as esperanças de ver o Brasil figurar entre as maiores potências educacionais do mundo. E a violência é um fato gerador desse desespero, fruto de pouco investimento estratégico na área e falta de comprometimento por uma parte da classe política, o que coloca em evidência o triste declínio do magistério brasileiro.

Uma maneira de enfrentar com veemência a violência contra os docentes é: valorizar esses profissionais e, ao mesmo tempo prezar pelo diálogo entre escola, família e sociedade. Tudo isso ao lado de uma forte legislação que puna os infratores e ampare os professores vítimas de violência em seu ambiente de trabalho. Práticas como desenvolvimento de cooperação mútua, introdução dos estudos acerca desse fenômeno na grade escolar, incentivos à solidariedade, estímulos à confiança e respeito ao próximo precisam ser mais bem trabalhados no ambiente escolar. Professores e alunos são parceiros de um processo, mas nem sempre isso fica claro nas relações que se constroem dentro das salas de aula das escolas brasileiras.

Além disso, a escola não pode ser um espaço no qual só exista a figura do professor como profissional naquele ambiente. Muitas vezes, um aluno com dificuldades de

relacionamento e envolvido em constantes episódios de violência na escola precisa de um acompanhamento psicológico. Por isso, é necessário que haja psicólogos na instituição, bem como profissionais do serviço social, caso exista a necessidade de se fazer uma investigação mais detalhada no lar daquele aluno. Afinal, em grande parte das vezes em que se lida com alunos agressivos dentro da sala de aula, a raiz do problema se encontra dentro da casa deste (violência doméstica, pais agressivos ou ausentes etc.). Nesse caso, os profissionais do serviço social possuem maior facilidade de deslocamento dentro dos bairros e conseguem se aproximar com mais facilidade dos lares dos alunos.

É preciso que haja parcerias com profissionais da saúde, palestras com órgãos assistenciais e de segurança pública habitualmente. A escola precisa mostrar para a sociedade que ela é um organismo completo.

Dessa forma, conclui-se que o problema da violência contra professores no ambiente escolar é bastante complexo e exige um olhar cuidadoso. Este trabalho, além de contribuir com discussões sobre a referida temática, também abre margem para a possibilidade de se realizar outras pesquisas afins, como a relação entre mídia, entretenimentos inadequados e violência; redução ou não da maioria penal no Brasil; relação entre a violência sofrida por docentes e o aumento do consumo de medicamentos por estes, entre outros aspectos.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA. **Jesus lava os pés aos discípulos**. Tradução de João Ferreira Almeida. Rio de Janeiro: King Cross Publicações, Velho Testamento e Novo Testamento, p. 1110, 2008.

ABRAMOVAY, M. **Violências Nas Escolas**. Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2015.

ABRAMOVAY, M; AVANCINI, M; OLIVEIRA, H. O Bê-á-bá da intolerância e da discriminação. In. OLIVEIRA, H. (Coord.). **Direitos Negados: a violência contra crianças e adolescentes no Brasil**. 2ª Edição. Brasília: Cross Content, 2006, p. 29-53.

ARENDT, H. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Neto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BORSA, J.C. O Papel da Escola no Processo de Socialização Infantil. **Psicologia.com.pt**. Porto-PT, ed: 142. p, 1-5, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM n. 737, de 16 de maio de 2001: **política nacional de redução da morbimortalidade por acidentes e violências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 96, 18 maio 2001. Seção 1ªe.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2019.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar nº 1.125**. Altera a Lei Complementar nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2193103>. Acesso em: 15, abril, 2020. Texto Original.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei Complementar PLC 6277**. Altera a Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 que dispõe sobre o Código Penal Brasileiro. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=590851>. Acesso em: 06, dezembro de 2021.

Brasil Lidera Ranking Da OCDE De Violência Contra Professores. Flacso, São Paulo-SP. Disponível em: <http://flacso.org.br/?p=23194>. Acesso em: 25, agosto, 2020.

Brasil Registra Queda Da Criminalidade No Primeiro Semestre De 2019. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/news/collective-nitf-content-1571059445.0>. Acesso em: 18, julho, 2020.

CARVALHO, M, C. **A agressividade com resposta de um indivíduo criado em uma família desestruturada**. 58 p, Monografia (Terapia de Família), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro – RJ, 2010.

CARVALHO, D, W; FREIRE, M, T; VILAR, G. Mídia e violência: um olhar sobre o Brasil. Revista **Panam Salud Publica**, Curitiba, 31(5), p. 1-4, 2012.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão, **Revista Sociologias**, ano 4, n. 8, p 432- 443, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.org>>. Acesso em: 21 maio. 2020.

CHAUÍ, M. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. In: FRANCHETTO, B; CAVALCANTI, M. L. V. C.; HEILBORN, M. L. (org.). **Perspectivas Antropológicas da Mulher**. São Paulo: Zahar, 1985, p. 23-62.

CHURCHILL, W. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2017.

D'AGOSTINI, A, C. Brasil lidera índice de violência contra professores. O que podemos fazer? **Revista Nova Escola**. 05 jun. 2019. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/17609/brasil-lidera-indice-de-violencia-contra-professores-o-que-podemos-fazer>. Acesso em: 08, dezembro, 2021.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.

DURKHEIM, E. **Educação e sociologia**. 10ª ed. Trad. de Lourenço Filho. São Paulo, Melhoramentos, 1975.

FELIX, J. Professora é envenenada em sala de aula por alunos do 4º ano. **Portal Terra**, São Paulo- SP. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/professora-e-envenenada-em-sala-de-aula-por-alunos-do-4-ano,7d4fe6456bd1d37c58829ca10d2ad3a0icyb41wi.html>. Acesso em: 23, julho, 2020.

FERNANDES, D. G. Problematizações Constituintes Da Juventude Estudantil Contemporânea. **Revista Dialectus**, Fortaleza, v. 11, p. 29-49, 2017.

FONTELLES, M. J; SIMÕES, M. G; ALMEIDA, J. C; FONTELLES, R. Metodologia Da Pesquisa: Diretrizes Para O Cálculo Do Tamanho Da Amostra. Revista **Paraense de Medicina**, Pará, PA, v. 24, p. 57-64, 2011.

GARCIA, F, S, P. Metodologia Da Pesquisa Científica: Organização Estrutural E Os Desafios Para Redigir O Trabalho De Conclusão. **Diálogos Acadêmicos**, Fortaleza, v. 8, p. 72-87, 2015.

GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Rio Grande do Sul, RS. UFRGS Editora, 2008.

GOLARTE, L. C. Violentos ou indisciplinados? Um estudo sobre o comportamento adolescente na escola pública. Revista **Pesquisa Em Foco Em Educação E Filosofia**, Juiz de Fora, v. 15, p. 1-15, 2010.

GOMES, A, M; PICCIRILLO, A; OLIVEIRA, R, T. Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes. *Rev. Brasileira segurança pública*, São Paulo, v. 13, n. 2, 158-171 ago/set 2019.

GRECO, R. Reflexões sobre a redução da maioria penal. In. JusBrasil. Brasil. Online. Disponível em: <https://rogeriogreco.jusbrasil.com.br/artigos/178724226/reflexoes-sobre-a-reducao-da-maioridade-penal>. Acesso em: 22, março, 2022.

HOBBS, T. **Leviatã**. Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. 4ª Edição, São Paulos: Martins Fontes, 2019.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LIRA, A; GOMES, C. **A organização escolar**: a relação entre clima e violências. Brasília. 2010. 206 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Brasília, DF, 2010.

GONSALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2001.

LOCKE, J. **Segundo tratado sobre o governo**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2002.

LOUREIRO, A, M, L. Violência: paradoxos, perplexidades e reflexos no cotidiano escolar. **Interface** – comunicação, saúde e educação. Botucatu, SP. v. 3, n. 5. 51-60, 1999.

MATOS, F, A; VIANA, S. A Violência Contra Professores: Saberes e Práticas. In: **Anais ... IV FIPED - Pesquisa, Emancipação Humana, Práxis Docente, Trabalho e Educação**. Parnaíba-PI, 2012. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/fiped/2012/766ebcd59621e305170616ba3d3dac32.pdf>. Acesso em: 23, agosto, 2020.

MARQUES, J, P. A marginalização é um efeito da desigualdade social instituída nas sociedades, responsável pela separação de grupos de indivíduos. In. **Portal TODO ESTUDO**, 2021. Disponível em: <https://www.todoestudo.com.br/sociologia/marginalizacao>. Acesso em: 10, dezembro, 2021.

MARCELINO, B. S.; GALVÃO, R, C.; MARTINS, T. B. M. **Conceito de violência no âmbito escolar**: visão de alunos e professores, 2017. 67p. Monografia (Curso de graduação em Psicologia). Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium – UniSALESIANO, Lins - SP, 2017.

MARRONE, L. B; OMODEI, J. Concepções de professores sobre violência escolar. **Transversal**, São Paulo, 2016. v. 8, p. 1-18.

MELO, E, F. Assédio Moral e os Professores da Rede Pública de Ensino de Pernambuco: A Violência Invisível No Cotidiano. In. **Anais... CONEDU – A atualidade da educação brasileira**. São Luiz – MA, 2017. Disponível em:

https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA11_I D2837_16102017222328.pdf. Acesso em: 19, novembro, 2020.

MENEZES, B. Aluno de 12 anos joga lixeira na cabeça de professor em escola de BH. **Portal O Tempo**, 02 out. 2019. Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/aluno-de-12-anos-joga-lixreira-na-cabeca-de-professor-em-escola-de-bh-1.2244340>. Acesso em: 5, setembro, 2020.

MINAYO, M. C. S. A Violência Social Sob A Perspectiva Da Saúde Pública. **Cadernos de Saúde Pública** (FIOCRUZ), Rio De Janeiro, v. 10, n.1, p. 7-18, 1994.

NJAINÉ, K.; MINAYO, M. C. S. Violência na escola: identificando pistas para a prevenção. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v.7, n.13, p.119-34, 2003.

MOTA, K, J; SANTOS, L, M. **Violência Nas Escolas: Propostas Pedagógicas Por Uma Cultura De Paz**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade São Luís de França. Aracaju - SE, 2011. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc18.pdf>. Acesso em: 14, fevereiro, 2020.

Morte de professor envenenado em Brasília é reconstituída pela polícia. **Portal G1 Notícias**. Brasília-DF, 15/02/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/02/15/morte-de-professor-envenenado-em-brasilia-e-reconstituída-pela-polícia.ghtml>. Acesso em: 23, julho, 2020.

NICODEMUS, A. **Cristianismo na universidade: a prática da integração da fé cristã à academia**. São Paulo: Vida Nova, 2019.

NORONHA, J, I, B; OLIVEIRA, M, A. Violência contra professores no espaço escolar: a percepção de professores do Ensino Médio em uma escola pública na cidade de Unaí – MG. In. **Anais... 5º Simpósio da Faculdade de Ciências Sociais - Democracia e Direitos Humanos: crises e conquistas**. Goiânia-GO, 2019. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/106/o/Jeisy_Iann__completo.pdf. Acesso em: 30, outubro, 2020.

NUCCI, G. Redução da maioria penal não reduz criminalidade, afirma Guilherme Nucci. In: Consultor Jurídico. Brasil. Online. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2015-jun-19/reducao-maioridade-penal-nao-reduz-criminalidade-afirma-nucci#:~:text=Redu%C3%A7%C3%A3o%20da%20maioridade%20penal%20n%C3%A3o%20reduz%20criminalidade%2C%20afirma%20Guilherme%20Nucci&text=O%20professor%20de%20Direito%20Penal,anos%20n%C3%A3o%20diminuir%C3%A1%20a%20criminalidad>e. Acesso em: 24, março, 2022.

OLIVEIRA, A, H, C. **Agressões e Violências Contra Professores nas Escolas Públicas**. 46 p. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Fundamentos da educação), Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa-PB, 2014.

OLIVEIRA, A. W. de; FITZ, P. R. Análise da Violência em Escolas Públicas e Privadas de Bairros de Classes Sociais A, B, C no Município de São Leopoldo, RS. **Cadernos De Educação**, Pelotas, RS. v. 47, p. 165-185, 2014.

PEÇANHA, I. Reflexões Acerca da Violência Escolar. **Brasil de fato**, Belo Horizonte, MG, 1-20, 2013.

PEREIRA, K, S. Violência Contra Professores Nas Escolas. **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, 2016, p. 1 – 15. Disponível em: <https://aslegis.org.br/producao-intelectual/estudos-e-notas-tecnicas/526-estudo-katia-dos-santos-pereira>. Acesso em: 21, fevereiro, 2020.

PADILHA, A, R, A. **O Perfil do Policial-Militar para a Patrulha Escolar**. Monografia (Especialização em Administração Policial), Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2003. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/51170/Antonio%20Roberto%20dos%20Anjos%20Padilha.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. acesso em: 3, março, 2020.

PAGANI, G. **Quando Os Professores Desistem**: Um estudo sobre a exoneração docente na rede estadual de ensino de São Paulo. 113 p. Dissertação (mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, Araraquara-SP, 2019.

PAVIANI, J. Conceitos e formas de violência. In: MODERNA, R, M (Org.). **Conceitos e formas de violência**. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

PONTES, R. N.; CRUZ, C. R. R. **Educação inclusiva e violência nas escolas**. Belém: Unama, 2010.

QUEIROZ, L, R; LOURENÇO, L, M. As visões das correntes ambientalistas e inatistas no estudo da violência e da criminalidade dos jovens: uma perspectiva da psicologia. *Revista Virtú – ICH*. Juiz de Fora, MG, 6ª edição, 1-13, 2007.

RISTUM, M. **O Conceito de Violência de Professoras do Ensino Fundamental**. 410 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador – BA, 2001.

RISTUM, M. BASTOS, A. Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. **Ciência & Saúde Coletiva**. Salvador, BA, 9(1):225-239, 2004.

RISTUM, M. Violência na escola, da escola e contra a escola. In: ASSIS, S. G.; CONSTANTINO, P.; AVANCI, JQ. (orgs.). **Impactos da violência na escola**: um diálogo com professores [online]. Rio de Janeiro: Ministério da Educação: FIOCRUZ, 2010.

ROSA, S. **Violências nas escolas**: da palmatória às incivilidades. Monografia; (Aperfeiçoamento/Especialização em Programa de Desenvolvimento Educacional) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel – PR, 2008.

ROSA, A; VARGAS, C; SILVA, F. Games: Inofensivos Ou Perigosos? Estudo Das Influências do Uso de Jogos Violentos na Formação dos Alunos. *In: Anais... XVII Fórum da rede municipal de ensino, Novo Hamburgo*, 2019.

RUOTTI, C. Violência em meio escolar: fatos e representações na produção da realidade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.1, p. 339-355, jan./abr. 2010.

SANTOMAURO, B. Cyberbullying: Violência virtual. **Revista Nova Escola**, p.5, São Paulo, ano XXV, n. 233, p. 68-73, 2010.

SANTANA, K, R. et al. **Agressividade Infantil**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - Faculdade São Luís de França, Aracaju – SE, 2009. Disponível em: https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/Agressividade_infantil.pdf. Acesso em: 4, fevereiro, 2020.

SANTOS, J. Microfísica da Violência, uma questão social mundial. **Ciência e Cultura**. São Paulo, v. 54, n.01, p. 22-24, Jun/Set. 2002.

SANTOS, M. Abordagens Científicas Sobre As Causas Da Criminalidade Violenta: Uma Análise Da Teoria Da Ecologia Humana. **Revista LEVS/UNESP-Marília**. Ano 2016 – Edição 17- Maio/2016.

SPOSITO, M. A instituição escolar e a violência. In: CARVALHO, J, S, F. **Educação, cidadania e direitos humanos**. Petrópolis: Vozes, 2004.

SCHELB, G. **Conflitos e violência escolar**: guia legal e prático para professores e famílias. Rio de Janeiro. Editora Central Gospel Ltda, 2016.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação**. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

SILVA, K, P; CARVALHO, E, A. **Abuso sexual na infância**: uma prática que pode causar danos físicos e psicológicos na criança. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Pedagogia) - Universidade Vale do Rio Doce, Governador Valadares – MG, 2018.

Vídeo flagra professora em SP dando 'gravata' em aluno para tirar celular. **Portal G1 Notícias**. São Paulo, 21/08/2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/08/video-flagra-professora-em-sp-dando-gravata-em-aluno-para-tirar-celular.html>. Acesso em: 23, julho. 2020.

7 APÊNDICES

7.1 Roteiro de questões para a execução da entrevista



Universidade Federal
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores
Unidade Acadêmica de Educação
Campus de Cajazeiras - PB



PERCEPÇÕES DE EDUCADORES SOBRE A VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR CONTRA PROFESSORES

Dados Do Perfil Pessoal E Profissional Do Docente:

OBS: nos itens que possuem parênteses digite um X na opção desejada.

❖ **Idade:**

❖ **Sexo:**

Feminino () Masculino() Outro()

❖ **Estado Civil:**

Solteira(o) () Casada(o)() Outro()

❖ **Cor/Etnia:**

Preta() Branca() Parda() Amarela(asiática)() Vermelha(indígena)()

❖ **Nível de Formação:**

Bacharelado () Licenciatura() Especialização() Mestrado()
Doutorado() Magistério()

❖ **Faixa de Renda Familiar:**

Até 1 salário-mínimo() Até 3 salários-mínimos()
Até 5 salários-mínimos() Até 8 salários-mínimos ()
Até 10 salários-mínimos() Mais de 10 salários-mínimos()

OBS: As respostas serão mantidas em confidencialidade para evitar qualquer tipo de exposição que venha a prejudicar qualquer participante ou terceiros.

OBS: O participante poderá se expressar sem se preocupar com a quantidade de linhas a ser utilizada para as respectivas respostas ou com a desformatação deste documento.

1- Para o/a Sr./Sra., O Que É A Violência Escolar?

-Resposta:

2- Você Já Sofreu Algum Tipo De Violência No Ambiente Escolar (Violência Física, Verbal, Emocional, Assédio, Ameaça, Furto Ou Outros) De Alunos, Parentes De Alunos Ou Colegas De Trabalho?

-Resposta:

3- Você Já Presenciou (ou Tomou Conhecimento de) Algum Tipo De Violência Contra Colegas De Trabalho No Ambiente Escolar?

-Resposta:

4- Você Se Sente Seguro(a) No Ambiente Escolar No Qual Trabalha? Por Quê?

-Resposta:

5- Na Sua Percepção, Quais Fatores Podem Provocar Comportamentos Agressivos Na Escola?

-Resposta:

6- Como A Escola Na Qual Você Trabalha (ou Já Trabalhou) Lida Com Episódios De Violência?

-Resposta:

7- Na Sua Opinião, Quais Medidas Poderiam Ser Adotadas Para Evitar ou Promover o Enfrentamento Da Violência Contra Docentes No Ambiente Escolar?

-Resposta: